

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**FERROVIÁRIO, TRABALHISTA, COMUNISTA: O COTIDIANO DE UM  
TRABALHADOR DA VFRGS ENTRE 1950 E 1990**

**CELSO ALEGRANSI**

**PORTO ALEGRE**

**2009**

**CELSO ALEGRANSI**

**FERROVIÁRIO, TRABALHISTA, COMUNISTA: O COTIDIANO DE UM  
TRABALHADOR DA VFRGS ENTRE 1950 E 1990**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciado  
em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt**

**PORTO ALEGRE**

**2009**

**CELSO ALEGRANSI**

**FERROVIÁRIO, TRABALHISTA, COMUNISTA: O COTIDIANO DE UM  
TRABALHADOR DA VFRGS ENTRE 1950 E 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, UFRGS

---

Profa. Dra. Silva Regina Ferraz Petersen, UFRGS

---

Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero, UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Neste, que é o principal trabalho realizado durante os anos de minha formação, gostaria de agradecer aqueles que contribuíram para que eu lograsse êxito nessa jornada.

Ao Sr. Julio Enes de Araujo, pelo acesso ao seu arquivo, à sua memória e à sua experiência.

Ao professor Benito Bisso Schmidt, por todas as críticas, indicações e sugestões, sempre oportunas, que fazem parte do trabalho de orientação.

Aos amigos e colegas, dentro ou fora da UFRGS, que me apoiaram e compreenderam a minha ausência.

Ao amigo e colega Frederico Duarte Bartz, pelas boas idéias e oportunas sugestões antes mesmo de eu cursar a cadeira de Técnica de Pesquisa.

À Fernanda, que me apoiou com muito carinho e compreendeu a minha ausência

Por fim, agradeço à família por todo apoio e compreensão durante esses anos de formação. À minha mãe, pela grande compreensão e todo trabalho dedicado a mim. Ao meu pai, igualmente pelo trabalho dedicado à família e pelas boas conversas sobre os tempos em que ele trabalhou no trem Minuano. Sem esse apoio, não teria sido possível.

## SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	05
Considerações sobre a forma de transcrição das fontes.....	06
Resumo.....	07
<b>1 Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>2 Da agricultura à Estrada de Ferro Jacuí.....</b>	<b>20</b>
<b>3 Da Estrada de Ferro Jacuí à política partidária e “classista”. A UFG e o PTB.....</b>	<b>29</b>
<b>4 Ferroviário veterano, “coração de estudante”.....</b>	<b>43</b>
<b>5 O ferroviário se aposenta, o militante não.....</b>	<b>61</b>
<b>6 Considerações finais.....</b>	<b>67</b>
Lista de fontes.....	71
Referências bibliográficas.....	73

## **LISTA DE SIGLAS**

AFSRG – Associação dos Ferroviários Sul Rio-grandenses

AI – Ato Institucional

AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista

CAP – Caixa de Aposentadorias e Pensões

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DS – Democracia Socialista

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POC – Partido Operário Comunista

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RFFSA – Rede Férrea Federal Sociedade Anônima

UDN – União Democrática Nacional

UFG – União dos Ferroviários Gaúchos

VAR – Vanguarda Armada Revolucionária

VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMA DE TRANSCRIÇÃO DAS FONTES

Foi adotado na transcrição das entrevistas de Julio Enes de Araujo, personagem principal desta monografia, praticamente o mesmo sistema usado no trabalho “Adorável camarada: memórias de Julieta Battistiolii” (2008 p. 64), com poucas exceções, conforme as orientações abaixo:

1. Palavra em itálico entre parênteses: explicação do autor.
2. Palavra em maiúscula entre parênteses: registro de gestos, atitudes, pausas longas, palavras inaudíveis etc. que ocorreram durante a entrevista.
3. Palavra entre colchetes: acréscimo do autor a fim de completar o sentido de alguma frase.
4. Palavra sublinhada: ênfase dada à palavra, pelo entrevistado.
5. Três pontos entre parênteses: corte de palavras do texto, pelo autor, por repetição de palavras sem acréscimo de novos elementos.
6. Três pontos: pausa breve na fala do entrevistado.

As fontes manuscritas e as impressas foram transcritas conforme o texto original, sem qualquer tipo de correção. Quando necessário, a fim de completar o sentido da frase, há acréscimo do autor colocado entre colchetes.

## RESUMO

Neste trabalho, objetivo descrever e analisar o cotidiano de um trabalhador da VFRGS nos diferentes campos onde foi possível verificar sua atuação: no lar, no trabalho, na militância “classista” e na política partidária. Partindo de algumas noções explicativas centrais, principalmente a de cotidiano, pretendo, no decorrer da narrativa, examinar como o personagem se movimentou no seu dia-a-dia, empregando suas habilidades e traços de sua personalidade a fim de conduzir sua vida de forma relativamente livre e de manter os aspectos do cotidiano que lhe agradavam. Busco, igualmente, apreender as interpenetrações que ocorreram entre a sua vida pública e a sua vida privada, bem como os momentos nos quais a heterogeneidade cotidiana foi suspensa em favor da concentração de energias em determinadas lutas e ideais. Fatos e processos da política nacional e regional, as relações entre a categoria dos trabalhadores ferroviários e as esferas oficiais do poder emergem, igualmente, na reconstrução da trajetória de Julio Enes de Araujo, lançando luz a novos problemas de pesquisa e auxiliando na compreensão da tensão existente entre o personagem e seu contexto. As fontes principais são os depoimentos orais do personagem foco e os documentos provenientes do seu arquivo pessoal.



## 1 Introdução

O trabalho que aqui apresento tem por objeto o cotidiano do ferroviário e militante político Julio Enes de Araújo. Tal temática insere-se, em linhas gerais, na grande área da história do trabalho, que engloba a história do movimento operário; essa, por sua vez, abrange diferentes enfoques, dentre os quais o da militância política. O fenômeno da militância pode ser verificado em diferentes categorias profissionais, dentre elas a dos trabalhadores ferroviários. Sendo assim, o estudo que proponho ambiciona conhecer o cotidiano de um militante em suas diferentes facetas: o pai, o esposo, o trabalhador (nas diferentes funções que desempenhou ao longo de sua trajetória profissional), o militante, o vereador, etc..

O objeto é construído com base em uma trajetória individual a partir da qual pretende-se revelar aspectos significativos da militância política dentro e fora da VFRGS, seja nos momentos dedicados à militância propriamente dita, seja naqueles do dia-a-dia como, por exemplo, nas conversas informais no ambiente de trabalho, no horário de almoço, no lazer, etc.. Com essa afirmação, pode parecer que estou criando uma oposição militância *versus* dia-a-dia, o que não é minha intenção, pois a militância também faz parte da vida diária do ferroviário em questão. O que quero dizer é que existem momentos em que ocorre um “trabalho de militância” consciente e planejado, e outros em que a militância surge espontaneamente. Busca-se, assim, verificar as maneiras diretas e indiretas pelas quais a militância está presente, especificamente entre os trabalhadores ferroviários, os quais já trazem consigo, no período que se pretende estudar, um extenso histórico de lutas reivindicativas por melhores condições de trabalho e salários.

A escolha do personagem se deu ao acaso. Enquanto percorria diferentes instituições recolhendo fontes para averiguar possibilidades de estudo da militância política entre os trabalhadores ferroviários, conheci Julio Enes de Araújo. Atual primeiro secretário do Sindicato dos Ferroviários (o Sindicato permanece atuando apesar do refluxo que teve com o advento do transporte rodoviário em substituição ao ferroviário desde a década de 1950) e presidente do conselho de representantes da Associação dos Ferroviários Aposentados do Rio Grande do Sul (AFARGS), Julio Enes tem uma trajetória interessante. Nasceu em Camaquã em 1924. Na juventude trabalhou nas minas de carvão na Vila de Butiá. Serviu ao Exército brasileiro, tendo se tornado trabalhador ferroviário posteriormente e assim permaneceu até se aposentar. Ele relata que o fato de saber ler, escrever e fazer contas (habilidades que aprendeu com seu pai) foi importante para que conseguisse emprego na ferrovia e para, em seguida, ser deslocado do carregamento das locomotivas com carvão para o escritório da empresa.

O personagem também informa que, no interior da VFRGS, existiam diferentes posicionamentos políticos que separavam, por exemplo, aqueles que trabalhavam nos setores administrativos e aqueles que trabalhavam no “pátio”, onde eram realizadas tarefas braçais, como manutenção de vagões, carregamento de locomotivas, assentamento de trilhos, etc.. Julio Enes, no entanto, afirma que sempre simpatizou com os segundos, além de ter se indignado quando esses operários eram menosprezados por colegas de setores administrativos. Tendo esse tipo de posicionamento e estando próximo dos debates político-partidários que ocorriam entre os trabalhadores da ferrovia, optou por filiar-se ao PTB. Após mais de dez anos ligado a esse Partido, atuando com vigor tanto no seu interior quanto na UFG (União dos Ferroviários Gaúchos) em prol das aspirações de sua categoria profissional, vivenciou o golpe civil-militar que instituiu uma ditadura no Brasil em 1964. Sendo dissolvidos todos os partidos políticos pré-existentes, ingressou no MDB quando da permissão governamental para a constituição desse. Embora atuando oficialmente no interior dessa sigla, ingressou em um movimento de estudantes trotskistas no qual passou a realizar ações consideradas subversivas à época, como panfletagens e reuniões. Desarticulado esse grupo, vinculou-se ao PCB, então na clandestinidade. Foi preso, libertado e nunca abandonou a militância (até hoje).

Segundo Flôres (2007), quando se trata do tema transporte ferroviário, encontra-se uma bibliografia que abrange, por exemplo, estudos técnicos sobre trilhos e locomotivas, e estudos econômicos sobre a importância do serviço para o escoamento de variados ramos da produção (agrícola no caso brasileiro, especialmente) e transporte de passageiros. Também é possível localizar análises elaboradas por profissionais ou estudantes de arquitetura que tratam das alterações paisagísticas ocorridas nas regiões onde foram construídas estradas de ferro. Já quando se buscam informações sobre os trabalhadores do ramo ferroviário, os estudos existentes são, em geral, pelo menos segundo pude verificar, de caráter monográfico e centram-se na análise de greves específicas, disciplinarização do trabalho, obras memorialísticas, etc.. Sem a intenção de hierarquizar os trabalhos existentes, ressalto que um estudo mais amplo sobre os trabalhadores ferroviários no Rio Grande do Sul, em suas diferentes formas de atuação política, mutualista e cooperativista, foi lançado apenas entre os anos de 2007 e 2009<sup>1</sup>. Essas características da historiografia sobre as ferrovias e os ferroviários, pelo que foi possível constatar, são válidas tanto para o Rio Grande do Sul quanto para outras regiões do território nacional, embora um levantamento mais minucioso ainda deva ser realizado. A presente monografia visa a contribuir para a elaboração de um quadro mais completo da história desta

---

<sup>1</sup> Resultado de uma tese de doutoramento (FLÔRES, 2005) dividida em três volumes, sendo lançado um a cada ano.

categoria de trabalhadores.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram, majoritariamente, as seguintes: duas entrevistas concedidas por Julio Enes - a primeira realizada no mês de junho de 2009 por iniciativa do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul para coletar informações gerais sobre os ferroviários; a segunda realizada por mim em sua residência em Canoas, centrada mais em sua própria vida. Também foram utilizados documentos oriundos de seu arquivo pessoal: um Livro de Atas da UFG e outro do subdiretório local do PTB no distrito Porto do Conde; correspondências nas quais o personagem se apresenta de diferentes formas (como vereador, como integrante do Conselho da AFARGS ou como mais um dos ferroviários que subscrevem determinada missiva); revistas, páginas ou recortes de diferentes periódicos, entre outros. Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e coletânea de leis (em formato eletrônico, muitas vezes) também foram consultados a fim de serem confrontados com os depoimentos e as demais fontes escritas.

No que se refere ao período a ser estudado, delimito a pesquisa entre os anos de 1950 e 1990. O marco cronológico inicial justifica-se por ser o ano em que Julio Enes ingressou na VFRGS. Inicialmente, pretendia situar o marco inicial em 1954, quando da entrada do personagem nas “fileiras” do PTB. Porém, a partir do referencial teórico que irá balizar essa pesquisa (o qual será apresentado em seguida), parto do pressuposto de que a militância pode ocorrer também em momentos informais e não necessariamente vinculada a partidos políticos, e também pelo fato de que, ao iniciar sua trajetória como ferroviário, Julio Enes de Araújo trazia consigo uma série de experiências que certamente contribuíram para formar seu perfil de militante; preferi, assim, situar o início da pesquisa no momento em que o indivíduo em questão ingressou como funcionário da “Estrada de Ferro”. Justifico o período final da pesquisa também em função do referencial teórico e das informações fornecidas pelo personagem. O ferroviário em questão aposentou-se em 1977, o que pressupõe uma certa alteração no seu cotidiano. Sendo assim, optei por estender a pesquisa até 1990 para mostrar a transição realizada de um cotidiano (de trabalhador “na ativa”) para o outro (de trabalhador aposentado). De todo modo, quero deixar claro que esse marco cronológico não é estanque, podendo comportar recuos e avanços.

No primeiro capítulo da monografia, apresento o personagem quando este ainda se encontrava junto ao seu grupo familiar e comunitário de origem, trabalhando na agricultura. No segundo e terceiro capítulos, examino a sua trajetória como trabalhador ferroviário (com uma breve passagem pelo trabalho mineiro). Por fim, no quarto e último capítulo, trato brevemente da transição na vida de Julio Enes de ferroviário ativo a “inativo”, mas que não abandonou

costumes, ideais e afetos cultivados durante sua vida.

Quanto à delimitação espacial, foco determinados âmbitos centrais de sua atuação, a saber, o município de São Jerônimo, distrito de Porto do Conde, e, posteriormente, Porto Alegre, para onde foi transferido por volta de 1964. Refiro-me a “âmbitos centrais” porque serão os depoimentos do ferroviário que irão mostrar até onde, geograficamente, chegava o seu trabalho de militância. A militância mais informal, aquela que se dava em momentos do dia-a-dia, no automatismo das práticas cotidianas, certamente ocorria no local de trabalho e no seu entorno (até mesmo porque esse trabalhador não se deslocava junto com os trens, pois, como foi dito, ele logo começou a trabalhar no escritório após um breve período carregando as locomotivas com carvão). No entanto, existem ocasiões em que sua militância mais formal exigia o deslocamento para outras cidades do estado, como Santa Maria (maior pólo ferroviário gaúcho e sede da Assembléia Geral Permanente da categoria). Tais deslocamentos ocorriam em razão de eventos e objetivos políticos como congressos, encontros, assembleias, trabalhos de contato, etc..

Diversos são os motivos que justificam o estudo da militância sob a ótica do cotidiano. Início minha argumentação citando Claudio Batalha (1997, p. 91):

“No campo dos estudos do movimento operário há muito que foi incorporada a perspectiva crítica de que o historiador deve priorizar o trabalhador comum aos militantes ou aos dirigentes, a classe às instituições, e, em alguma medida, o dia a dia aos momentos excepcionais de greves e revoltas. (...) essa perspectiva teve como principal consequência a busca de uma história do operariado, ou melhor, das classes trabalhadoras (...) que pretendia recuperar o trabalhador comum, não militante, e sua vida fora do local e dos momentos de trabalho.”

No artigo citado, Batalha busca apresentar novas abordagens para o estudo da classe operária, procurando, porém, evitar a dicotomia entre pesquisas centradas no cotidiano e pesquisas centradas na organização dos trabalhadores: “(...) não creio que seja possível pesquisar, por exemplo, a vida cotidiana das classes trabalhadoras deixando inteiramente de lado a documentação produzida pelas parcelas organizadas do operariado (...)” (BATALHA, 1997, p.92). Com esse comentário, o autor chama a atenção para a importância de se lançar um olhar mais sensível às fontes tradicionais, procurando nelas captar informações outras que não somente aquelas capazes de endossar grandes teorias explicativas. O autor acertadamente nos mostra que o militante também é um trabalhador e, para demonstrar a heterogeneidade da militância, estabelece uma tipologia das diferentes formas de participação no movimento operário: a) lideranças: aqueles trabalhadores que escrevem em jornais operários sobre as suas práticas de luta e teorias políticas e “têm uma atuação que transcende os limites da sua

categoria profissional”; b) quadros intermediários: aqueles que participam do dia-a-dia das associações garantindo seu funcionamento - geralmente esse grupo é encontrado ocupando cargos de direção nas associações, mas seus componentes dificilmente escrevem sobre suas práticas; c) militantes de base: “exercem uma militância eventual, (...) são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo” (BATALHA, 1997, p. 93). A pesquisa demonstrará que Julio Enes transitou entre os três tipos estabelecidos pelo autor durante sua trajetória, mesmo que em âmbito local. Permito-me citar ainda outro comentário do autor que considero relevante: “(...) as fontes produzidas pelo movimento operário organizado, e qualquer estudo sobre a militância operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras, ou seja, se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo” (BATALHA, 1997, p. 94).

Talvez pareçam exageradas as inúmeras citações que fiz de um pequeno artigo. Porém, antes de usá-las meramente para preencher espaço, utilizo-as para chamar a atenção sobre a contribuição que a abordagem aqui proposta pode trazer ao tema. Elementos da parte (o cotidiano do ferroviário) podem revelar aspectos do todo (a vida dos trabalhadores ferroviários, militantes ou não).

Partindo destas considerações, pretendo demonstrar que o estudo do cotidiano de um militante político (a partir da noção de cotidiano que explanarei logo adiante) pode contribuir, de forma geral, para os estudos da história do trabalho (especialmente dos trabalhadores ferroviários como já mencionei), do movimento operário e da militância, alcançando o âmbito da política partidária (nesse caso, dos partidos de esquerda especificamente).

Como vemos, não são poucos os campos de estudo para os quais a problemática é relevante e atribuo essa importância à noção de cotidiano que é reveladora de duas esferas de atuação do ser humano - a pública e a privada - e das relações entre elas. A mencionada noção, pelo que foi possível constatar, ainda foi pouco utilizada nos estudos sobre a militância política, e aqui apresento mais um motivo justificador da pesquisa: a atuação de Julio Enes de Araújo, com foco no seu cotidiano, pode revelar formas pelas quais o público e o privado interpenetram-se. Sob esse aspecto, este trabalho junta-se a outros que tratam da militância política, como os de Garcia (1997) e Abreu (1998).

Apresento, por fim, mais um motivo que considero legitimador da importância do presente trabalho, a saber, a produção de uma nova fonte. No âmbito da história oral, existem duas abordagens fundamentais: a primeira é aquela que trata o depoimento como capaz de preencher lacunas da documentação escrita; a segunda, compartilhada por esse trabalho, é “(...) a que privilegia a importância das representações e considera a memória com um objeto de

estudo em si mesmo”. (FERREIRA, 1998, p. x). Sendo assim, a entrevista com Julio Enes constitui-se em produção de fonte que não será “esgotada” nessa pesquisa, até porque, para o que ela se destina – a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – não é possível um grande desenvolvimento analítico; porém, a fonte produzida poderá desdobrar-se em estudos posteriores de diferentes pesquisadores que se interessarem pelos temas já mencionados.

De maneira geral, a pesquisa tem por objetivo descrever e analisar o cotidiano de um trabalhador e militante político, ao mesmo tempo em que permite a produção de uma nova fonte que poderá contribuir para a ampliação das perspectivas de estudo de diferentes áreas. A noção de cotidiano pode revelar uma massa de fragmentos de práticas – muitas vezes consideradas pouco importantes por uma historiografia mais tradicional – que condicionam o ser humano e o influenciam nas suas tomadas de decisão.

O objetivo geral pode ser desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

a) Perceber os momentos em que o personagem analisado rompeu a cotidianidade e tomou consciência do ser singular e ser genérico no mundo que o cercava, em outras palavras, os momentos em que ele se tornou “inteiramente homem” (essa noção será explicada posteriormente).

b) Apreender as apropriações que esse militante fez das idéias pregadas pelas agremiações das quais participou, valendo-se delas para justificar suas opções ideológicas.

c) Buscar perceber se o público e o privado se relacionavam no cotidiano de trabalho e militância do personagem e, caso afirmativo, apreender como e em quais momentos isso aconteceu.

Como já explicitado nas linhas acima, proponho-me a pesquisar, a partir da trajetória do ferroviário Julio Enes de Araújo, o cotidiano de um trabalhador e militante político dentro e fora da VFRGS no período compreendido entre os anos de 1950 e 1990.

Para que a proposta obtenha sucesso, alguns referenciais teóricos são necessários no sentido de balizar o estudo, nomeando os principais conceitos utilizados a fim de evitar desentendimentos. Além disso, é a devida articulação desses conceitos que me permitirá construir adequadamente o objeto de análise, bem como realizar as interrogações mais pertinentes para a resolução do problema que me propus a pesquisar, e o correto tratamento das fontes.

Pierre Bourdieu (1986), em seu artigo “A ilusão biográfica”, chama a atenção para não se considerar “(...) uma vida como uma série única e por si só suficiente de acontecimentos sucessivos (...)”. O autor também define assim a noção de trajetória: “(...) série de posições

sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” Essa perspectiva é crucial para que se possa analisar com clareza, ao longo do período proposto, o cotidiano do ferroviário antes referido. Digo crucial porque, como ficará explícito ao longo do trabalho, Julio Enes de Araújo ocupou diferentes posições nos diferentes campos em que atuou. É a presença em diferentes campos, ou seja, em diferentes espaços de relações, e a maneira como ele se movimentou nesses espaços, que fornecem os fragmentos que constituem a personalidade do personagem. É exatamente essa interação relacional que, para Bourdieu (2007, p. 27-28), constitui o “real”. Afinal, sem tais interações, o agente (indivíduos, instituições, grupos, etc.) seria um ser isolado, incompreensível, ou compreensível apenas como um objeto pré-construído, tomado em si mesmo, sem levar em conta as condições objetivas que o constituíram. A noção de campo, elaborada por Bourdieu e aqui mencionada, tem um grau de complexidade grande e talvez ela tenha sido apresentada de maneira muito simplificada. De qualquer forma, através desta noção, quero apenas ressaltar que existem diferentes formas do personagem atuar, em função dos variados “feixes de relações” dos quais ele participa, o que resulta em um processo não homogêneo de construção identitária.

Antes de partir para os outros conceitos norteadores desse trabalho, gostaria de ressaltar a importância de um estudo de trajetória individual, e para isso sirvo-me do artigo de Giovanni Levi (2006, p. 167-182) intitulado “Usos da biografia”.

Sem a intenção de desmerecer os trabalhos produzidos especialmente nos anos 60 e 70, que valorizavam as estruturas e os processos de longa duração, creio que, diante dos questionamentos surgidos no seio das ciências humanas quanto aos seus paradigmas científicos, o estudo de percursos singulares ganhou importância por ser revelador da atuação individual no âmago desses grandes sistemas, em geral definidos a partir de estudos quantitativos e de fontes agrupadas em longas séries. Não vejo, particularmente, uma necessária oposição entre eles; antes disso, encaro-os como complementares. A pesquisa de uma trajetória individual apóia-se e insere-se nesses estudos globais e totalizantes, atestando a correta formulação de um sistema normativo ou evidenciando exceções à regra, revelando formas de resistência que têm, justamente no cotidiano, seu palco de manifestação. Além disso, o estudo de uma biografia não somente é capaz de evidenciar a resistência individual, como também a experiência coletiva. Por fim, cabe citar a argumentação de Giovanni Levi (2006, p. 179-180) sobre esse ponto:

“Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar

qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação de regras de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para se verificar o caráter intersticial (...) da liberdade de que as pessoas dispõem e para se observar como funcionam concretamente os sistemas normativos que jamais estão isentos de contradições.”

Outro conceito que também serve como norteador da pesquisa é o de “cotidiano” e, por sua importância para esse trabalho, pretendo esclarecê-lo da melhor forma possível.

Para defini-lo, parto inicialmente de dois artigos de Silvia Petersen, que buscam contribuir para uma melhor definição teórica do que seja cotidiano. No primeiro deles, a autora identifica a dificuldade em teorizar pormenorizadamente a vida cotidiana devido à tradição epistemológica das ciências sociais:

“(...) eminentemente racionalista, via de regra ela [a tradição epistemológica] está voltada para a construção de sistemas macroexplicativos e suas análises voltam-se preferentemente para planos estruturais. Assim, parece não haver espaço para as questões que pertencem ao âmbito da vida cotidiana, em geral centradas no sujeito e sua ação, nos fenômenos minúsculos, nas dimensões simbólicas do mítico, do imaginário, do irracional.” (PETERSEN, 1995, p. 31).

Petersen realiza questionamentos instigantes sobre qual seria o valor de “conceitos duros”, estruturalizantes, para a análise de “objetos moles”, como aqueles centrados na ação subjetiva. Por outro lado, ao analisar outras matrizes teóricas, como a fenomenológica e a sociologia compreensiva, afirma que nelas corre-se o risco de cair em subjetivismos exagerados e microcentrados, perdendo-se de vista as condições estruturais que colocam certos limites às ações individuais.

A historiadora constata que os estudos sobre o cotidiano têm, em geral, um caráter fortemente empírico, e devido a isso é que passa a refletir sobre o que cabe ao conhecimento científico e ao sentido comum nos estudos sobre a vida cotidiana. Aponta, então, “(...) para a importância crucial da construção do objeto teórico como forma de ruptura com o senso comum. E não há (...) uma razão ou qualquer tipo de 'especificidade' que exclua a investigação da vida cotidiana deste requisito” (1995, p. 34).

No segundo artigo por mim analisado, a autora segue com o objetivo de fornecer novos elementos para avançar na formulação de um conceito que dê conta da vida cotidiana. Para tal, Petersen analisa alguns estudos de diferentes áreas constatando em suas observações que, embora o tema da cotidianidade esteja presente desde o título até o conteúdo dos trabalhos, pouco avançaram os autores no sentido de teorizar o cotidiano e delimitar o que o diferencia do não cotidiano. Em suas palavras:



“Assim, mesmo considerando que a dimensão cotidiana está presente em todo o modo de existência humana, esta não se esgota no limite da cotidianidade. Incorporar a perspectiva do cotidiano significa, pois, ter presente e discutir suas relações entre o público e o privado, o institucional e o informal, o racional e o irracional, etc.” (PETERSEN, 1995, p.59)

Esses dois artigos da historiadora gaúcha me deram uma amostra do quão importante e, ao mesmo tempo, complexo é o tema da vida cotidiana. Com certeza, a introdução desse âmbito da vida nas pesquisas historiográficas constitui um “enriquecimento analítico indiscutível” (1995, p. 59), daí a necessidade de deixar claro nessa proposta o que entendo por cotidiano.

Schmidt (2000, p. 16), a partir principalmente dos estudos de Heller (1982, 1989, 1994), mas também fazendo uso das análises de Kosik (1963), Petersen (1994) e Michel de Certeau (1984), define cotidiano como “(...) a vida de todos os dias, dos gestos, ritos e ritmos repetidos diariamente. Seu espaço é o do automático, da rotina, do instintivo, do familiar, do conhecido.” Em seguida, segue com ponderações que considero importantes para os objetivos aqui propostos:

“Além disso, no cotidiano, o homem pode permanecer imerso na alienação (favorecida pelo automatismo das atividades diárias), sujeitado a mecanismos de disciplina, mas também pode exercer sua criatividade e criar formas de resistência à ordem estabelecida, uma 'antidisciplina'” (SCHMIDT, 2000, p.16)

Foi a partir do trecho citado que defini o primeiro de meus objetivos específicos. Tendo alcançado o objetivo geral de descrição e análise do cotidiano do personagem central desse estudo, buscarei – com base na teorização de Heller - perceber em qual(ais) momento(s) o referido ferroviário deixou de ser um “homem inteiro” (HELLER, 1992, p. 17), aquele ser cotidiano onde convivem mudamente o singular e o genérico, e passou a ser “inteiramente homem”, através da homogeneização de suas habilidades práticas e dos aspectos de sua personalidade, ou seja, quando “(...) concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão e ‘suspenderemos’ qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa*”. (HELLER, 1992, p.27).

Heller demonstra em sua obra que a vida cotidiana é carregada de alternativas, de possibilidades que cabem aos indivíduos executar ou não. Essas decisões da vida cotidiana podem ou não ter um conteúdo moral: “Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade” (HELLER, 1992, p. 25). A filósofa húngara prossegue afirmando que

“Os conflitos extremos e puramente morais se produzem nos casos em que a motivação moral torna-se determinante e seu impulso, sua finalidade e seu objeto são entendidos como instrumento de elevação do humano-genérico. O caso típico desse comportamento – ainda que não o único – é o serviço à comunidade.” (HELLER, 1992, p. 25, grifo da autora)

Analisar uma trajetória individual pela perspectiva do cotidiano permite a observação da vida sob os vários aspectos que a constituem. Isso quer dizer que aquele ser unitário e que se pretende coerente das biografias tradicionais está sendo substituído pelo ser múltiplo, composto por elementos oriundos dos diversos campos onde atua. Esses elementos, no entanto, “não constituem simplesmente uma massa caótica, já que se articulam em uma hierarquia interna (...)” (SCHMIDT, 2000, p. 16-17).

Seguindo meu balizamento teórico, chega o momento de definir o que é um militante e, para isso, menciono o trabalho de Marco Aurélio Garcia que assim o caracteriza:

“Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de 'determinações' que incidem na forma pela qual 'aplicarão' a 'linha' do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas de *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada.” (GARCIA, 1997, p. 322)

Conceituando dessa forma a atividade militante, o autor chama a atenção para o fato de que esses sujeitos não são seres abstratos, mas estão vinculados a toda uma série de condicionamentos que influenciam as suas tomadas de decisões (e isso vai ao encontro das demais teorizações aqui colocadas). Em outras palavras, tais pessoas trazem consigo uma gama de experiências prévias que os constituem como sujeitos, não sendo apenas “encarnações” das linhas partidárias e ideológicas.

Quanto à metodologia de trabalho, destaco a história oral como a principal deste estudo. Nesta primeira afirmação, já deixo claro o *status* que, para mim, possui a história oral. Não a considero simplesmente uma técnica e, nem mesmo, uma disciplina. Com isso faço coro às argumentações colocadas por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (1996, p. xi-xxv).

Atribuo um *status* metodológico a ela, porque considero como “técnica” as diferentes formas pelas quais a entrevista pode ser realizada. Igualmente descarto a possibilidade de tomar a história oral como disciplina, por ser ela incapaz de interpretar, por si só, as informações, as visões de mundo, expostas pelo entrevistado, justamente pelo caráter de senso comum que sua comunicação trás. Logo, as “(...) soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história” (AMADO & FERREIRA, 1996, p.

xvi). Sendo assim, através dos referenciais teóricos expostos, da metodologia da história oral e das técnicas apropriadas para a coleta do depoimento, é que pretendo construir adequadamente meu objeto de pesquisa. Afinal, a “interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico” (AMADO & FERREIRA, 1996, p. xvii).

Cabe mencionar, no entanto, que há entre os defensores do caráter disciplinar da história oral, idéias importantes que não posso deixar de considerar por irem ao encontro do que aqui se projeta. Senão vejamos,

“o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos e elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... [e militantes, acrescento]. São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos; (AMADO & FERREIRA, 1996, p.xiv).

Situo a construção da biografia do Sr. Julio Enes de Araújo na perspectiva apresentada acima, pois ele integrou grupos de esquerda em épocas conturbadas da política nacional, e personagens como ele têm, por meio da metodologia aqui proposta, a oportunidade de dar seu testemunho, fazer-se ouvir e lançar luz sobre os movimentos políticos e sociais que acabaram sufocados em determinados períodos da história nacional, e também sobre a maneira como os atores desses movimentos vivenciavam tais experiências. E aqui, mais uma vez, fica claro que considero a trajetória individual como capaz de revelar também dimensões coletivas do passado.

Em relação à técnica usada para realizar a entrevista, acredito ter sido a mais apropriada aquela em que o entrevistado responde a questões abertas, falando livremente sobre determinado assunto que lhe é solicitado. Por objetivar descrever e analisar o cotidiano do entrevistado, creio que perguntas muito fechadas podem direcionar a entrevista para campos de atuação específicos, quando o mais importante aqui é apreender, no depoimento, a relação entre os campos que compunham o automatismo da sua vida diária.

É importante afirmar de antemão que a narrativa que se apresenta em seguida privilegia a vida pública de Julio Enes de Araújo. Isso pode parecer contraditório diante do que venho afirmando sobre a importância de se captar as formas do personagem se movimentar por diversos espaços. Esse fato se explica quando se analisa o funcionamento da memória. Se, neste trabalho, a vida pública sobrepõe-se à privada, é porque é essa a imagem que o personagem construiu para si e para os outros. Fato observado tanto nas duas entrevistas

realizadas (que têm objetivos distintos), quanto no material de seu acervo pessoal ao qual tive acesso.

Ressaltados estes aspectos, relevantes para a correta interpretação do objeto da presente monografia, dou início à narrativa da trajetória de Julio Enes de Araújo. Voltemos no tempo então.

## 2 Da agricultura à Estrada de Ferro Jacuí

No interior de seu escritório, há uma grande estante abarrotada com centenas de livros e dezenas de pastas nas quais estão arquivados papéis que contam não apenas a vida de um homem, mas de toda uma categoria profissional, e - porque não - um pouco da história do Brasil. No alto da estante, à sua esquerda, um pequeno quadro com o retrato de Getulio Vargas; à direita, do mesmo tamanho, um quadro com o retrato do atual presidente Lula; na frente desses quadros, está estendida uma pequena bandeirola de uma associação de bairro. Nessa, ele pintou a figura de duas mãos se saudando, uma negra e outra branca, circundadas pelo nome da associação. Uma velha máquina de escrever manual completa o cenário onde o ferroviário Julio Enes de Araujo, aposentado desde 1977, iniciou o trabalho de rememorar sua trajetória<sup>2</sup>.

Ele nasceu na região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, no município de Camaquã, em 02 de julho de 1924. Segundo seu relato, sua família mantinha-se por meio do trabalho na agricultura. Desde os tempos de criança, como é comum em famílias de origem rural, Julio ajudava no trabalho na lavoura. Seu pai, além do trabalho agrícola, também era professor nas horas vagas. Pode-se supor que é aqui que se inicia o caminho que o personagem traçou ao longo de sua vida, devido à importância que a escrita assumiu em momentos-chave de sua trajetória como se revelará ao longo do trabalho. Julio Enes jamais frequentou uma escola antes de ingressar no Exército. Aprendeu a ler e a fazer contas com seu pai, que também era procurado por vizinhos e parentes para atuar como professor. O chefe de sua família chegou a abandonar o trabalho agrícola por algum tempo para lecionar aos filhos de imigrantes alemães que habitavam a região em uma sala de aula cedida por eles. Para Julio Enes, isso é uma demonstração da competência de seu pai e da confiança depositada nele:

“O meu pai deu aula em princípio em casa dele, depois um colono de origem alemã ... ofereceu um prédio lá na área dele aonde o meu pai foi dar aula e deu aula muito tempo e ... e veja bem ... o alemão, ele quando procura um brasileiro ... naquela época, hoje é diferente, procurava um brasileiro para ser mestre dos filhos dele é porque a pessoa (...) era de confiabilidade e com um grau de estudo relativo porque senão eles não iam fazer isso (...)”<sup>3</sup>

Julio afirma ter em seus arquivos a relação dos alunos de seu pai e outros registros da época. Seja como for, o fato é que o cotidiano no qual o personagem nasceu e cresceu é aquele em que predominam a paisagem rural e o trabalho agrícola. Conectado a essa atividade, está o

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

aprendizado do código escrito que, presume-se, também o influenciou em suas primeiras decisões. Num meio onde não havia rádio, não existia televisão e a circulação de um periódico era algo raro, o “mundo exterior” surgia através do aprendizado escolar em casa e de uma “memória de ouvido”, um “ouvir falar”: “(...) desde criança, já naquele tempo, eles falavam muito dos borgistas e assististas e eu dizia que era assistista, mas era por causa da cor que era vermelho, não é nem por causa da questão política (...)”.<sup>4</sup> Além disso, o que poderia corresponder ao “não rural” surgia igualmente da itinerância do trabalho na lavoura. Para ser mais claro: as terras de propriedade de seu pai serviam apenas para auxiliar na subsistência, pois eles trabalhavam também na colheita do arroz em determinadas épocas do ano em outras propriedades; esse trabalho exigia um deslocamento para outras localidades e foram nesses deslocamentos que outras formas de trabalho surgiram aos seus olhos, por exemplo, ao cruzar por perímetros urbanos quando da itinerância entre uma fazenda e outra. Talvez seja esse conhecimento do mundo através da leitura de textos e paisagens, e do “ouvir falar”, que o fizeram formar a opinião, mais tarde, de que todo o brasileiro deveria conhecer a capital da República, à época, o Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

Referi-me que o cotidiano em que o personagem nasceu e cresceu foi aquele no qual predominavam a paisagem rural e o trabalho agrícola. Sendo assim, permito-me recorrer a Agnes Heller para melhor interpretar esta etapa da vida de Julio Enes:

O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade* (camada social) *em questão*. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. (HELLER, 1992, p. 19, grifo da autora).

Portanto, Julio adquiriu nesses primeiros anos de sua formação as habilidades básicas para viver o cotidiano do pequeno campesinato gaúcho que se dividia entre trabalhar em sua própria terra e em propriedades alheias. Percebe-se, porém, que o domínio das letras era algo um tanto excepcional para a camada social na qual estava inserido.

Antes de ingressar voluntariamente no Exército<sup>6</sup>, Julio Enes tomou uma importante decisão que o deslocou da rotina agrária. A despeito da vontade do pai que se posicionava de

<sup>4</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, em junho de 2009.

<sup>6</sup> Julio ingressou com aproximadamente 22 anos no Exército, apresentando-se espontaneamente. Na época, o serviço militar obrigatório se dava por sorteio ou por apresentação voluntária. Julio afirma não ter sido sorteado. O primeiro sorteio ocorreu em 1916. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Diretori/dsm/indice.htm>>. Lei nº 1860, de 04 de janeiro de 1908. Acesso em: 11 setembro 2009.

forma contrária, Julio decidiu empregar-se nas minas de carvão localizadas na Vila de Butiá<sup>7</sup>, destino comum para muitos trabalhadores de origem rural desde o final da década de 1920, como observa Klován (2009)<sup>8</sup>. Segundo suas próprias palavras, naquela época ele considerava o trabalho na lavoura algo “estúpido”, ele queria ter uma vida com “cultura mais avançada”<sup>9</sup>. Enfim, buscava abandonar sua comunidade de origem, a rural.

Na região das minas, morando em uma casa alugada, exerceu algumas atividades que classifica como “serviços de rua”, “limpezas”, “modificações”. Em seguida, passou a trabalhar no subsolo, na extração de carvão. Porém, ficou pouco tempo exercendo essa atividade porque, de acordo com seu relato, uma lei federal proibia a execução da mesma por menores e a fiscalização estava aumentando. Provavelmente, ele se refere ao Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho<sup>10</sup>. Como nasceu em 1925, nessa época tinha aproximadamente 18 anos.

De qualquer forma, analisando seu relato a partir da perspectiva da vida cotidiana, pode-se afirmar que o personagem já era adulto na cotidianidade. Afinal, ele dominava a manipulação das coisas fundamentais para viver o dia-a-dia da camada social à qual pertencia (segurar um copo ou um talher e saber manuseá-los, ou capinar, servem como exemplos básicos). Nesse caso, o fato de saber ler e escrever transcendia o que era necessário para ele viver sua cotidianidade. Para Heller (1992, p. 19, grifo da autora) a “(...) *assimilação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais (...)*”, sendo assim, essa assimilação “é já condição de ‘amadurecimento’ do homem até tornar-se adulto na cotidianidade (...)”. São os grupos “*face-to-face*” (família, escola, comunidade) que realizam a intermediação entre o indivíduo e sua cotidianidade; são eles que apresentam o indivíduo às normas consuetudinárias da comunidade. No entanto, as normas assimiladas somente

“(…) ganham ‘valor’ (...) quando essas comunicam realmente ao indivíduo os valores das integrações maiores, quando o indivíduo – saindo do grupo (...) – é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente.” (HELLER, 1992, p.19).

<sup>7</sup> A Vila de Butiá emancipou-se em 1960 do município de São Jerônimo. Disponível em: <<http://www.camara-butia.rs.gov.br/historia.htm>>. Acesso em: 17 novembro 2009.

<sup>8</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. Trabalho de Conclusão de Curso (em fase de elaboração). O autor toma como referência as obras de José Sérgio Leite Lopes e Cornélia Eckert.

<sup>9</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>10</sup> Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. “SEÇÃO X - DO TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO (...) Art. 301 - O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 21 (vinte e um) e 50 (cinquenta) anos, assegurada a transferência para a superfície nos termos previstos no artigo anterior”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>>. Acesso em: 11 setembro 2009.

A opção deliberada (portanto, não obrigatória) de sair do grupo humano comunitário no qual nasceu e viveu a infância e parte da juventude é o que pode indicar, seguindo a lógica do referencial teórico aqui utilizado, a maioridade cotidiana de Julio, ou seja, sua capacidade de manter-se autonomamente em integrações maiores.

Contudo, Julio Enes teve de retornar ao seu grupo familiar em Camaquã devido ao já mencionado “problema” com a lei. Não tardaria a dele sair, novamente de forma voluntária. Dessa vez, foi o Exército brasileiro que o “transportou” para novas experiências e, por conseguinte, novos cotidianos. Primeiro para Pelotas, depois para Jaguarão. O primeiro ano de serviço obrigatório passou, Julio ficou e foi ao Rio de Janeiro. Como soldado engajado permaneceu na capital da República durante um ano e retornou casado.

De volta ao sul do Brasil com sua esposa, conseguiu emprego pela segunda vez nas minas de Butiá e novamente a questão do trabalho ganhou ênfase em sua vida, pois novas decisões tiveram que ser tomadas. Porém, antes de tratar desse ponto, farei um comentário de ordem metodológica.

Sabe-se que um relato *a posteriori*, mediado, portanto, pela memória, muitas vezes causa-nos confusões, ao misturar datas e fatos, ainda mais quando esses já estão distantes no tempo. No que se refere à narrativa de Julio, existem duas versões registradas sobre seu ingresso na Viação Férrea: a primeira gravada pelo Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul a fim de colher informações gerais sobre os trabalhadores ferroviários e a outra gravada por mim em sua casa, centrada mais em sua própria vida (como foi mencionado na introdução). Na primeira, o personagem informa que existiam três possibilidades de trabalho após sua saída do Exército, quando voltou a trabalhar nas minas: ser professor (por indicação de um escrivão), guarda civil na capital gaúcha (a convite de um amigo) ou ferroviário. Nessa entrevista, menciona que o carvão que ele extraía com seu trabalho nas minas de Butiá era transportado via trem para a Usina do Gasômetro em Porto Alegre a fim de gerar energia elétrica para a cidade; além, é claro, de mover as locomotivas da época. Portanto, pela lógica que constrói no encadeamento de suas lembranças, mesmo como mineiro estava muito próximo da ferrovia e dos ferroviários, o que o fez almejar fazer parte dessa categoria de trabalhadores. Na segunda entrevista, quando discorria sobre a forma pela qual ingressou na Viação Férrea, o personagem relatou a existência de duas opções: permanecer nas minas ou tornar-se ferroviário.

“(…) fui no Porto do Conde fazer o teste. Fiz o teste esse, tenho cópia dele, passei no teste mas não me chamavam. Passados uns dois meses eu fui lá para saber o resultado, na realidade eu não queria propriamente saber o resultado, eu queria era...



mesmo que não fosse no escritório pegar um serviço... porque naquele tempo entre Companhia Carbonífera e Viação Férrea... era muito melhor ser ferroviário que era um outro serviço, era um serviço mais qualificado, era um serviço que as pessoas tinham outra forma de... mais cultura .. aquele pessoal mineiro, os coitados eram umas pessoas muito... pra mim muito explorados (...)" <sup>11</sup>

Na primeira entrevista, a opção que lhe pareceu mais custosa de obter êxito era a de ser ferroviário, visto que as outras possibilidades surgiram de indicações ou propostas de amigos, e aquela por uma escolha pessoal. Quando foi até os escritórios da ferrovia para saber o resultado do concurso, disseram-lhe que havia apenas vaga para trabalhos manuais ao longo da Via Permanente, como “tucu”, uma função pouco qualificada e que não agradava ao personagem. Ainda assim, seria difícil ingressar como “tucu” porque não havia casas disponíveis (esses trabalhadores moravam em casas cedidas pela administração da Estrada de Ferro <sup>12</sup>). Julio afirmou não ter desistido, e disseram a ele que conversasse com o chefe do Departamento de Transportes. Depois de algumas idas e vindas, uma vaga como “manual” foi a porta de entrada de Julio Enes na Estrada de Ferro Jacuí, situada na localidade de Porto do Conde, assinalando o início de sua trajetória como trabalhador ferroviário. Após exames médicos e o “visto” na carteira de reservista (necessário à época) ingressou no cargo.

A Viação Férrea do Rio Grande do Sul, denominada assim após a encampação pelo governo estadual em 1920, unificou a malha férrea existente no estado. No entanto, algumas estradas eram de administração federal, como aquela onde personagem aqui focado trabalhou inicialmente. A Estrada de Ferro Jacuí somente foi incorporada à VFRGS em 20 de agosto de 1954 pela lei número 2.405 <sup>13</sup>. Duas obras dedicadas ao tema da preservação da história e do patrimônio ferroviário gaúcho foram consultadas e nelas não há qualquer menção à Jacuí <sup>14</sup>. Segundo o relato de Julio Enes, nem os trilhos dela existem mais.

Volto ao personagem. A partir de 17 de janeiro de 1950, Julio Enes de Araújo passou a fazer parte da categoria dos trabalhadores ferroviários (com a qual mantém envolvimento até hoje, embora de diferentes formas). Durante um ano ocupou o cargo de “manual”; segundo relata, era algo como um auxiliar geral: “(...) manual é o serviço menos qualificado que tem

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>12</sup> Harres (1992, p. 121) informa que “alguns cargos pela própria natureza dos serviços implicavam em habitações próximas da linha férrea, sendo imprescindível, para a própria viabilização dos serviços, fornecer moradias aos empregados”.

<sup>13</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata nº 2, Porto do Conde, fevereiro de 1956; LEX, Coletânea Legislativa, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> IPHAE. Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874 – 1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002; Centro de Preservação da História Ferroviária. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico – PRESERVE. Editora Gráfica Metrôpole S.A.. Porto Alegre. Não informa o ano de publicação.

(...) manual faz qualquer serviço lá, carrega coisas pra um lado pro outro (...).”<sup>15</sup> Em seguida, passou a trabalhar como “fornecedor de locomotivas”. Julio conta que essa atividade era desempenhada durante oito horas diárias divididas em três turnos, os quais eram revezados por três trabalhadores de forma rotativa, ou seja, num determinado dia, ele trabalhava no período diurno, e noutro, no período noturno, conforme a escala.

Em determinado momento de sua vida, Julio “evangelizou-se”<sup>16</sup> e, em decorrência disso, conforme afirma, passava as horas vagas em casa, com a família, quase não freqüentando festas. Assim, seu cotidiano era dividido entre o trabalho, o lar e a igreja. Contudo, a atividade em escalas rotativas fazia com que não tivesse uma rotina regular. Entre uma locomotiva e outra carregada com carvão, uma planilha devia ser preenchida: “tenho até a relação aí nesses meus arquivos: quantas locomotivas, a quantidade de carvão. Até guardei aquilo para saber da história minha. Para saber da minha vida.”<sup>17</sup> Relatos desse tipo, que evocam documentos arquivados por ele, perpassaram as duas entrevistas realizadas. Muitos dos fatos narrados possuem “comprovações” escritas em seu arquivo privado.

Passados alguns meses, foi chamado para substituir um escriturário que havia adoecido. Julio Enes credita essa convocação à sua habilidade com a escrita. Afinal, disse nunca ter solicitado trabalho nos escritórios. Substituiu esse colega por quinze dias e retornou ao fornecimento. Deve ter feito um bom trabalho, porque após mais um mês nessa última função, foi chamado novamente para exercer atividades no escritório e, dessa vez, de lá não saiu mais. Neste posto, passou a ter uma rotina mais regular: trabalhava pela manhã, almoçava em casa,<sup>18</sup> voltava ao trabalho e saía no fim da tarde. Além da regularidade, via outra vantagem nesse serviço burocrático: trabalhar limpo. Fez cursos e um concurso interno para o cargo de escriturário, a fim de formalizar sua atividade, logo que foi recrutado para trabalhar nos escritórios da Viação Férrea. Foi nesse cargo que atuou durante a maior parte de sua trajetória até se aposentar.

Neste ponto da narrativa, o ferroviário passou a comentar sobre a sua personalidade. Disse que era uma pessoa humilde, não por subserviência, mas porque era diferente dos demais colegas do escritório, como sugere no seguinte trecho:

“(...) os cara que trabalhavam no escritório era tudo gente selecionados e tal (...) tinha os cara que saíam, saíam junto com os chefes e eu não, eu saía sempre com os

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>16</sup> Na confissão Assembléia de Deus. Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>17</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>18</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009. Julio relata que, após alguns meses morando em uma casa alugada, conseguiu uma casa da VFRGS.

operários. E aquilo serviu para uma confiança tal que (...) um cara que ... que depois ele mesmo confessava assim, um companheiro ferroviário: ‘pois eu pensei que esse cara fosse contra nós, cheguei lá achei ele defendendo ... falando ... nos defendendo lá pra chefia’ porque os cara se reuniam, a maioria lá no escritório, aqueles chefes, aqueles cara, e com escriturários ali: ‘ah esse cara tem que botar no gancho isso aí ...’ (*colegas do escritório conversando*) ... e eu ficava quieto. Quando tinha que falar, falava a favor dos cara, eu sempre tinha uma maneira de dar uma defesa, então aquilo ... os cara notavam isso na gente (...)”<sup>19</sup>

Essa oposição que parecia existir entre operários e funcionários administrativos provavelmente está conectada, pelo menos em parte, ao estabelecimento, no final da década de 1940, a uma nova cultura de trabalho que visava tornar a empresa mais “eficiente”, procurando extinguir o aparente paternalismo da administração e a excessiva centralização. Silvana Grunewaldt (2007, p. 401) estudou essa reorganização e afirmou:

“Esse processo de reorganização da estrutura da Viação Férrea implicou em um assombroso crescimento do número de engenheiros e resultou em um aumento de poder desses e, conseqüentemente, na requalificação dos saberes. Em nome da modernidade e da cientificidade, buscava-se estruturar uma nova prática de trabalho, embora elementos da antiga disciplina de trabalho, como vigilância e punições tenham sido mantidas.”<sup>20</sup>

Essa autora menciona algumas modificações que aparentemente Julio Enes vivenciou, já com o processo de reorganização em andamento:

“Algumas modificações que foram feitas ao longo dos anos provocaram alterações nos hábitos e nos espaços de trabalho, tornando desnecessários elementos e funções da antiga cultura de trabalho, além de contribuírem para o enaltecimento de uma suposta ‘qualificação’ para o trabalho, advinda da frequência a escolas e cursos técnicos da rede.” (GRUNEWALDT, 2007, p. 402)

Grunewaldt (2007, p. 404) afirma, inclusive, que cenas de humilhação foram provocadas pela dicotomia oriunda da oposição saber técnico *versus* saber tradicional.

Julio afirmou que observava o péssimo tratamento dispensado pelos colegas de escritório aos operários quando esses iam até seu setor para pedir algum tipo de informação ou requerer algo. Ele julga que dispensava um tratamento humano àqueles trabalhadores braçais, fazendo os requerimentos dos quais necessitavam. Parecia existir, portanto, uma identificação do personagem com os colegas operários, mesmo porque já havia trabalhado em funções pesadas. Até que ponto o próprio personagem sofria algum tipo de discriminação por parte dos

<sup>19</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>20</sup> JORNADA DO GT MUNDOS DO TRABALHO. Pelotas, 2007. **A reforma de 1942 na VFRGS e o estabelecimento de uma nova cultura de trabalho.** Disponível em: <[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/IV%20Jornada%20GT%20Mundos%20do%20Trabalho/completos/Silvana\\_Grunewaldt.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/IV%20Jornada%20GT%20Mundos%20do%20Trabalho/completos/Silvana_Grunewaldt.pdf)> . Acesso em: 23 outubro 2009.

colegas do escritório? Interrogação que fica em aberto. Ainda assim, pode ter sido essa identificação que, somada a acontecimentos da política nacional, encaminhou sua entrada nas fileiras da política classista e partidária, tema que tratarei mais adiante.

No que se refere ao seu cotidiano de trabalho, pode-se confirmar a seguinte observação de Petersen (1994, p. 121): “o historiador não pode pensar unilateralmente o cotidiano como o campo de onde se gera a alienação ou onde se gera a resistência e a criação”. Nesse sentido, é possível considerar que, a partir da mencionada identificação com os operários, o personagem estabeleceu para si procedimentos rotineiros que se tornaram uma forma de resistência à mencionada “nova cultura de trabalho ferroviário”. Existia, ao que parece, a possibilidade de Julio relacionar-se de forma mais intensa com seus colegas de escritório, saindo junto com eles, aproximando-se das chefias para, quem sabe, ascender no interior da hierarquia da Viação Férrea. Porém, mesmo inserido no cotidiano alienante de rotinas burocráticas, ele buscou auxiliar os trabalhadores menos favorecidos, defendendo-os tanto nos diálogos com colegas do escritório, quanto nos momentos em que os orientava (os operários) em relação às formalidades próprias de uma autarquia, as quais eles não dominavam.

Volto a Heller (1992, p. 20-22, grifo da autora) para melhor interpretar as ações do personagem, pois suas considerações teóricas me auxiliam nesse sentido. Diz ela: “*O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada (...) função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade*”. Segundo a filósofa, todo ser humano carrega consigo uma particularidade bem como a genericidade humana, e ambos os aspectos constituem uma muda aliança: “O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico.*” Quando expõe seus afetos, suas paixões, necessidades e interesses, sua particularidade está se chocando com o humano-genérico da maneira aludida pela filósofa, a saber, mudamente. Heller vai adiante e afirma que o ser humano pode suspender por alguns momentos o seu cotidiano na medida em que toma consciência de sua particularidade e de sua genericidade.

Não se pode afirmar que ao auxiliar os operários, através de uma oportunidade criada pela circunstância de trabalhar num setor administrativo, Julio Enes tenha realizado por um momento uma suspensão de seu cotidiano, homogeneizando suas habilidades a favor de um ideal, tomando consciência de seu ser particular e da genericidade humana. Talvez seja preferível classificar sua ação como a explicitação de uma das suas possibilidades de liberdade, ao que tudo indica moralmente motivada. Ainda conforme Heller (1992, p. 24) “(...) uma decisão moral, no sentido aqui colocado, deve ser sempre considerada como uma *tendência*. Não é possível distinguir, de modo rigoroso e inequívoco, entre decisões e ações cotidianas e aquelas moralmente motivadas.” Ao orientar e atender os operários com dignidade, quando

poderia ignorá-los ou reprimi-los, como faziam os colegas do escritório, ele estava explicitando sua liberdade e, talvez, amenizando algum sofrimento oriundo do fato de ver seus antigos colegas sendo colocados em posição de inferioridade, daí o conteúdo moral de sua ação.

### 3 Da Estrada de Ferro Jacuí à política partidária e “classista”. O PTB e a UFG

24 de Agosto de 1954. Getulio Vargas suicidou-se com um tiro no peito e deixou uma carta-testamento. Para Julio Enes de Araujo, na missiva constavam as recomendações que o Presidente legava aos trabalhadores visando a salvação da Pátria. A localidade de Porto do Conde, em São Jerônimo, não ficou imune à comoção nacional. Julio foi visitar seus companheiros para conversar a respeito do suicídio do Presidente. Encontrou-os chorando.

Seguindo a lógica construída pelo personagem para conferir sentido ao seu passado, não ficaria mal se o nome do presente capítulo fosse algo como: “Morre o estadista Getulio. Nasce o militante Julio”. Atenção às suas palavras:

“Entrei na Viação Férrea em janeiro de 1950 (...) então eu não tinha maior clareza. Com a morte do Getulio Vargas que eu fui visitar amigos meus chorando (...) eles chorando por causa da morte do Getulio, aquilo me despertou o interesse (...) e inclusive, já naquela oportunidade, eu já saí a convidar pessoas para fazer passeata de manifestação de solidariedade (...) a favor da luta que tinha o Getulio. E a partir dali passei a trabalhar (...) já comecei a ser convidado para fazer parte da União dos Ferroviários, da UFG (...)”<sup>21</sup>

É significativo que um evento da política nacional seja capaz de marcar a memória de um homem a ponto dele considerá-lo como um dos marcos para a construção de sua trajetória. No entanto, saindo do registro de sua reconstrução autobiográfica, é provável que seu interesse pela política já estivesse despertando um pouco antes da morte do Presidente como tentarei demonstrar.

A Lei 2.405, que trata da incorporação da Estrada de Ferro Jacuí à VFRGS, data de 20 de agosto de 1954. Quatro dias antes do suicídio de Vargas, portanto, uma importante lei relacionada ao futuro dos trabalhadores ferroviários daquela região estava sendo assinada. Não se sabe o quanto a questão já teria sido debatida internamente pelos servidores da Ferrovia. Contudo, pode-se supor que Julio, trabalhando num setor administrativo, dificilmente teria deixado de, no mínimo, ouvir falar do assunto. Mais uma evidência de seu despertar para a militância são as páginas e recortes de jornais e revistas de seu arquivo onde, dentre os mais antigos, constam exemplares do periódico “Eco Ferroviário” anteriores à morte de Getulio<sup>22</sup>. Nesse jornal perpassam diversos assuntos, muitos de natureza política, como se observa na manchete de 28 de março de 1954: “A ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS REIVINDICA

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>22</sup> Arquivo pessoal. O exemplar mais antigo do “Eco Ferroviário” existente no arquivo de Julio Enes data de 31 de outubro de 1953.

OS DIREITOS ESQUECIDOS DA CLASSE – IMPORTANTES DECISÕES DO COLEGIADO DOS FERROVIÁRIOS”. Na página seguinte, numa nota mais acanhada, noticia-se uma questão que certamente não passou despercebida dos trabalhadores da Estrada de Ferro Jacuí. Trata-se da reprodução de um telegrama enviado ao vice-presidente Café Filho em 22 de março de 1954, com esse teor:

“A Associação dos Ferroviários Sul Rio Grandenses na qualidade de O’rgão representativa da classe ferroviária riograndene e das entidades que compõe o colegiado da classe, União Gaúcha dos Ferroviários, Coligação dos ferroviários da F.R.G.S. (...) apela a V. excia. No sentido de envidar providências para aprovação urgente do projeto-lei três mil e noventa que concede anistia a vinte e quatro servidores da Estrada de Ferro Jacuí, em face da situação dramática das famílias dos vinte e um que ainda permanecem Vivos”.<sup>23</sup>

Tal nota, intitulada “ANISTIA A FERROVIÁRIOS”, era assinada pelo diretor-presidente da AFSRG, Ennio Jacob Nicola.

Os fatos abordados pelo periódico (independente da possibilidade do ferroviário ter adquirido os jornais em períodos posteriores ou da pouca clareza da nota referente à anistia), confrontados com o depoimento do personagem, evidenciam a seletividade da memória e a maneira como a mesma reconstrói uma lógica interna para os homens justificarem-se a si mesmos, tornando coerente seu passado.

A União dos Ferroviários Gaúchos, segundo Flôres (2009, p. 179), foi fundada em Santa Maria no ano de 1952. A “UFG – Núcleo de Porto do Conde” iniciou seus trabalhos em 1º de janeiro de 1956, como indicado no Livro de Atas consultado.<sup>24</sup> Essa entidade estava intimamente ligada ao subdiretório local do PTB. Angela de Castro Gomes (2007, p. 55-81), entre outros autores, já analisou a relação existente entre o PTB e as classes trabalhadoras, especialmente as sindicalizadas (mas não somente elas) a nível nacional. O relacionamento entre partidos políticos e a UFG especificamente também já foi tratado na obra de Flôres (2009, p. 181). Nesta monografia, a articulação PTB/UFG é evidenciada pela constatação da presença de elementos da direção da Viação Férrea em reuniões do subdiretório partidário, bem como pelo fato de alguns ferroviários terem ocupado postos na hierarquia de ambas as entidades, inclusive Julio Enes, que passou a ter um cotidiano cada vez mais permeado por questões políticas, tanto partidárias quanto relacionadas à categoria dos trabalhadores ferroviários. Pode-se dizer que, de certa forma, uma entidade era instrumento da outra no sentido de que ambas se auxiliavam mutuamente. Quero observar como o personagem central desta história movimentou-se, no seu dia-a-dia, entre estes espaços políticos.

<sup>23</sup> Arquivo pessoal. *Eco Ferroviário*, Ano 23, Março de 1954, p. 1-2.

<sup>24</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata de fundação, Porto do Conde, janeiro de 1956.

Tomando o episódio da morte de Getulio Vargas em 1954 como um divisor na vida de Julio Enes, como ele mesmo sugere, observa-se sua participação militante aumentando gradualmente tanto no nível institucional (PTB e UFG), quanto no seu cotidiano de trabalho como escriturário. O que oferece suporte empírico a essa afirmação é o cruzamento dos depoimentos colhidos com os livros de atas do subdiretório do PTB e da UFG local, bem como outros documentos que compõem o arquivo do ferroviário.

A ata número 1 do subdiretório local do PTB data de 2 de abril de 1954. O nome do personagem aparece pela primeira vez na ata de 1º de junho de 1957 junto a outros 29 membros que, a partir daquele momento, passaram a compor a diretoria da agremiação. Segundo a mesma ata, Julio integrou a chapa única composta de 11 nomes que foi aclamada para compor a “executiva distrital do Diretório”; nela, o ferroviário ocupava o cargo de secretário geral. Depois de ratificada essa eleição interna em ata de 7 de junho de 1957, somente um ano e oito meses depois foi lavrada outra ata, em 20 de fevereiro de 1959<sup>25</sup>. Nesta última, constata-se uma participação mais formal do personagem, abrindo trabalhos, convocando colegas para compor a mesa, tomando a palavra para congratular-se e prestar solidariedade aos companheiros, como na seguinte citação:

“A seguir o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao companheiro Julio Enes de Araújo, que após congratular-se com o Sr. João Rodrigues Conceição (...) congratulou-se também com os demais companheiros (...). Ressaltou a sua eficiência [refere-se a João Rodrigues<sup>26</sup>] que aliás era conhecida de todos os companheiros que conhecessem o seu passado de luta e mesmo compartilharam de suas atuações e que atualmente pressionado por política da ala reacionária achou por bem afastar-se um pouco da localidade, cujo afastamento muita falta estava fazendo a este companheiro. Motivo pelo qual acho por bem lançar o seu nome para vereador deste Município (...)”.<sup>27</sup>

Creio ser válido mencionar que essa ata foi redigida pelo próprio personagem, o que reafirma a importância do domínio da escrita no delineamento de sua trajetória profissional e política. Escrevendo na primeira e na terceira pessoas do singular no trecho citado, definiu o espectro político que seria oposto ao seu e de seus correligionários: a “ala reacionária”, possivelmente referindo-se à direita representada pela União Democrática Nacional (UDN) ou

<sup>25</sup> Fica evidente pela leitura das atas que o subdiretório do PTB reunia-se apenas para formalizar candidaturas ou escolher delegados para eventos internos, diferente do que indica o caderno da UFG, cujas reuniões eram mais frequentes e sempre no intuito de informar os ferroviários sobre a atuação de seus representantes.

<sup>26</sup> Nesta ata, João Rodrigues aparece como presidente do Subdiretório. Seu nome está entre os mais citados em ambos os livros. É considerado por Julio como um dos líderes dos ferroviários à época.

<sup>27</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas do subdiretório do PTB. Ata n.º 8, Porto do Conde, fevereiro de 1959.



ao “centro” representado pelo PSD (Partido Social Democrático)<sup>28</sup>. Neste sentido, pode-se supor que, assim como existiam membros da Viação Férrea atuando junto ao PTB e ao PCB (FLÔRES, 2007, p. 55), deveriam existir também aqueles identificados com outras tendências políticas, embora não se tenha localizado outros documentos para fortalecer a hipótese.

Na ata seguinte, também redigida por Julio, datada de 11 de abril de 1959, uma iniciativa de maior envergadura pode ser verificada. Após a abertura de praxe das atas, lê-se:

“(…) estando presente um bom número de companheiros, para inaugurarem a ‘sede provisória’ do Partido, que por iniciativa do companheiro Julio Enes de Araújo, secretário geral do PTB desta localidade, foi levada a efeito uma campanha a fim de angariar sócios para contribuírem, voluntariamente, com Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros), por mês, a fim de manterem a referida séde.”<sup>29</sup>

Presume-se que esse tipo de iniciativa extrapolava o horário de trabalho do personagem, ocupando seu tempo nos finais de semana e nas horas de folga conforme os relatos que em seguida serão citados.

Em 12 de agosto de 1959, data da antepenúltima ata do caderno, na qual Julio Enes de Araújo já assina como Presidente do Subdiretório, consta a sua indicação para concorrer a uma cadeira na Câmara de Vereadores de São Jerônimo. Disputando internamente com João Rodrigues Conceição, o personagem central desta monografia obteve 20 votos dos 21 presentes na reunião contra uma abstenção. No entanto, ao cruzar o documento escrito com o depoimento do ferroviário, imagino que a referida ata seja apenas uma formalidade. Assim, mesmo com a possibilidade de confusão de datas, um fato permanece em sua lembrança:

“quando foi um dia, no mês de julho de 1958 ... me apareceu três ferroviários na minha casa dizendo ... assim um dia de tardezinha depois de largar o serviço, eles trabalhavam na oficina, ‘ó nós viemos aqui pra dizer que tu vai ser nosso candidato’, ah mais aí, e tinha um cara deles muito preparado, eu digo: – ‘mas eu acho que porque que não é o ...’ – ‘não, não’ (*ferroviários insistindo e Julio argumentando*) ... e eu trabalhava no escritório ... e pela maneira que eu era ... que eu sempre tive essa maneira de ser uma pessoa dedicada aos cara, defensor dos interesses deles (...) fazia papel ... requerimento lá pra eles, para o que eles precisavam, que pediam.”<sup>30</sup>

Percebe-se que, a partir de um dado momento de sua trajetória, os espaços público e privado de sua vida passaram a confundir-se cada vez mais. Segundo o depoimento citado, os companheiros não esperaram uma reunião ou o dia seguinte de trabalho para dar a notícia a

<sup>28</sup> A definição de quais partidos ocupavam os espectros ideológicos de esquerda, centro e direita encontra-se em GOMES (2007, p. 55).

<sup>29</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas do Subdiretório do PTB. Ata n.º 9, abril de 1959. O documento informa, ainda, que a iniciativa de Julio contava com 55 assinaturas naquela ocasião, sendo o aluguel de C\$300,00. No momento, não posso afirmar o que representava CR\$10,00 no orçamento de um ferroviário da época.

<sup>30</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

Julio Enes. Foram até sua casa. A interpenetração dessas duas dimensões da vida cotidiana aumentava à medida que sua atuação militante também crescia, como se verá na continuidade desse trabalho.

Até aqui, portanto, o que se observa é o envolvimento cada vez maior do personagem com as questões ligadas aos interesses dos trabalhadores ferroviários. Sua atuação começou no próprio cotidiano de trabalho, ao dispensar um tratamento considerado atencioso aos operários (em contraposição a seus colegas de escritório, sempre representados como antagonistas de seus interesses), auxiliando-os nas questões burocráticas que requeriam alguma habilidade escrita, como sugere seu depoimento citado acima e no que segue:

“quando a gente passou (...) que eu passei a fazer parte da UFG, no princípio eu era secretário e... continuava como secretário por questão da escrita... porque, só pra ti entender, esses lugar do interior tinha muita gente até competente mas que fazia parte do grupo de trabalhadores menos classificados não era muitos, e sempre tinha essa questão dos caras que são ... hoje a cultura é muito ampla e tu consegue gente preparada pra qualquer setor, mas naquele tempo não era. Quando a pessoa tinha certa cultura que nem eu... escrever, dedicado e... sabia fazer um ofício, sabia fazer um requerimento pra pedir pro trabalhador ferroviário, principalmente está sempre atrás de uma reivindicação ou outra, e isso aí é feito através de documento e tal e isso aí eu procurei aprender como é que se fazia (...) e tenho inclusive tenho cópias de tudo aquilo, daquele tempo, eu guardo as cópias (...)”<sup>31</sup>

Gradualmente seu envolvimento foi aumentando. Ele passou a frequentar as reuniões dos trabalhadores organizados em torno do PTB e da UFG. A ata de reunião número 16 do núcleo local da UFG, de 31 de outubro de 1956, é a primeira redigida por Julio nesse livro e é ele quem assina no final do texto como 2º secretário. Em 1957, como já mencionado acima, era o secretário geral do subdiretório do PTB, e em 1959 assinou como presidente do mesmo partido. Esta sua ascendência sobre outros trabalhadores, em especial sobre os empregados da ferrovia, parece ter sido fruto, segundo sua própria explicação, de sua dedicação diária aos colegas, a qual foi reconhecida por eles que, mais tarde, escolheram-no para representá-los junto às esferas formais do poder político. Julio Enes foi eleito vereador, provavelmente em 1960<sup>32</sup>. No entanto, sua militância ia além do dia-a-dia de trabalho, da presença em reuniões oficiais e de sua atuação como político:

“(...) e aí nós tinha um galpão, que não era meu, até era do cara (*refere-se a João Rodrigues Conceição*) aonde nós reunia, e todos os ... domingos, e lá era uma vila pequena não tinha muita coisa pra frequentar, todos os domingos eu mantinha

<sup>31</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>32</sup> A ata n. 10 de agosto de 1959 informa que o pleito se realizaria em novembro do mesmo ano. Porém, na cronologia de eleições brasileiras, após 1958, somente houve eleição em 03 de outubro de 1960. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>> Acesso em: 17 novembro 2009.

reunião da UFG para explicar os direitos dos ferroviários, que tinha o estatuto e tanto dos ferroviários quanto o estatuto da entidade para mostrar como que tinha que fazer (...). Tinha vezes que só tinha eu e mais um cara ... tinha vezes que tinha cinco, tinha vezes que tinha dez (...), vinte. Só é que eu nunca desmoralizava por estar eu e mais um (...). Eu tinha uma consciência que nem sabia bem o sentido (...) que é a da persistência (...) então eu trabalhava ... não perdia dia de serviço nem nada, mas eu tava sempre atento ... trabalhava no escritório aonde eu tinha bom contato com o pessoal (...) a maior quantidade era ali.”<sup>33</sup>

Outra passagem de sua entrevista também exemplifica a dedicação espontânea que ele devotava à militância classista, bem como mostra alguns obstáculos que enfrentava entre seus colegas:

“(...) passei a ser presidente do núcleo [da UFG], as reuniões estaduais aconteciam em Santa Maria, e a gente era convocado para participar e eu não faltava. A gente tinha a passagem do trem com abatimento e a gente recebia isso aí... o dia era abonado... a gente não perdia o dia... (INTERRUPÇÃO). E eu tava dizendo lá dentro do escritório onde eu trabalhava (...) aí eu disse assim: ‘agora tal dia vou a Santa Maria representar os ferroviários lá’ e aí um cara (...) que era da chefia: ‘– mas como representar os ferroviários? (...) você não representa a maioria (...)’ – ‘Mas como? Eu sou o representante da entidade.’ – Mas você não representa a maioria (...) quantos ferroviários você tem aí de sócio?’ Parece que era cento e poucos e o número lá era trezentos e tantos. (...) Eu fui ver era cento e vinte e poucos. Aí eu fui a Santa Maria, (...) participei e em seguida (...) eu fui pra linha, eu saí de ferroviário em ferroviário, de setor em setor, convocando pra se associar pra mim ter representação. Eu tenho cópia disso aí (...) eu consegui quase (...) ou cheguei aos trezentos ferroviários associados... consegui a maioria absoluta.”<sup>34</sup>

Ele prosseguiu o relato explicando o modo como se deslocava ao longo da linha para angariar apoios, de carona nos trens, valendo-se de suas relações de amizade com os maquinistas: “o pessoal de linha que era onde tinha menos gente fazendo parte [da UFG] e eram os mais relegados, os menos favorecidos, pois toda essa gente eu consegui quase que a maioria total (...) e eles não eram [associados] até porque não eram informados (...)”<sup>35</sup>. Julio acredita ter dedicado aproximadamente um mês a esse trabalho, “nas horas de folga, em fins de semana (...) trabalhava durante a semana e naquele tempo o horário eram oito horas”.<sup>36</sup> Ou seja, o personagem construiu no dia-a-dia a sua legitimidade política, a sua representatividade, concentrando seu tempo e sua energia na militância em favor da categoria a qual pertencia.

Estava Julio, ao praticar essas ações de militância, exercendo uma atividade humano-genérica consciente? Creio que sim, e Heller (1992, p. 32-33, grifo da autora) auxilia-me nessa demonstração: “A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da praxis quando é

<sup>33</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>34</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>35</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

<sup>36</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

*atividade humano-genérica consciente*; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma *parte* da praxis (...). Em seguida a autora afirma:

“É indiscutível que uma ação correspondente aos interesses de uma classe ou camada pode se elevar ao plano da práxis, mas nesse caso superará o da cotidianidade; a teoria da cotidianidade, nesses casos, converte-se em *ideologia*, a qual assume certa independência relativa diante da práxis cotidiana, ganha vida própria e, conseqüentemente, coloca-se em relação primordial não com a atividade cotidiana mas com a práxis. Não será demais repetir aqui que não existe nenhuma ‘muralha chinesa’ entre a atividade cotidiana e a práxis não-cotidiana ou o pensamento não-cotidiano mas existem infinitos tipos de transição.” (HELLER, 1992, p. 32-33, grifo da autora).

Volto ao trabalho de reconstruir sua trajetória. A última ata redigida por Julio no Livro de Atas da UFG tem data de 1º de janeiro de 1958. Da ata seguinte, número 23 de 1º de março de 1958 (já redigida por outro colega), até a última, de 26 de abril de 1961, o ferroviário assinou como presidente. É provável que ele tenha ocupado esse posto devido aos cargos vagos que mencionou existirem na reunião de 28 de dezembro de 1958, quando argumentou sobre a necessidade de preenchê-los. Tanto nessa como em outras reuniões, embora tenha assinado o documento na qualidade de presidente, no corpo do texto é designado como 1º secretário. Somente em 13 de dezembro de 1959 sua presidência é oficializada em “Eleição da Diretoria da União dos Ferroviários Gaúchos núcleo da E. F. Jacuí, para o período de 1960 a 1961.” Essa eleição foi realizada na “sede do diretório do P.T.B. de Porto do Conde”,<sup>37</sup> mais uma evidência da relação entre as duas agremiações.

Pelo que pude perceber na entrevista com Julio e nos documentos abrigados em seu arquivo pessoal, ele respirava política. Seu cotidiano era, em grande parte, ocupado pela militância partidária e classista. As questões domésticas absorviam seu tempo restante. Foi na década de 1950 que Julio tornou-se pai de uma filha. Quanto a sua esposa, não há referências nas fontes consultadas de que ela participasse diretamente da atividade militante, embora existam registros em Santa Maria de que esposas de ferroviários também tivessem participação política (FLÔRES, 2009, p. 181). Habitar nas casas cedidas pela VFRGS aos ferroviários provavelmente fazia com que a vida pública penetrasse no espaço privado mais facilmente.

O contexto político nacional e estadual contribuía para a intensificação da atividade militante de Julio, tornando agitado e tenso o seu cotidiano em momentos excepcionais, como nos das greves. Existiam problemas que atingiam todos os trabalhadores ferroviários e outros

<sup>37</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata n.º 26, Porto do Conde, dezembro de 1958.

que diziam respeito, mais especificamente, aos trabalhadores da Estrada de Ferro Jacuí. Julio acompanhava tudo de perto e essa proximidade aumentou à medida que passou a ocupar cargos nas entidades das quais foi integrante. O centro de onde emanavam as discussões sobre as questões trabalhistas ferroviárias era Santa Maria (FLÔRES, 2007, p. 139). Como indicado por diversas vezes nas atas consultadas, era nessa cidade que ocorriam os principais debates acerca das reivindicações e negociações da categoria. Lá, delegados dos núcleos da UFG, juntamente com membros de outras entidades ferroviárias, representavam os interesses desses trabalhadores.<sup>38</sup> Como exemplo do que venho dizendo, reproduzo abaixo trecho de uma proclamação do Presidente da UFG à época, Rubens Porciúncula, extraído da ata número dois, de 2 de fevereiro de 1956, após esse ter retornado de Santa Maria:

“Proclamação aos meus colegas da Estrada de Ferro Jacuí. Meus colegas Ferroviários! Ao regressar momentaneamente da Assembléia Geral Permanente da Classe, em Santa Maria, para onde devo regressar imediatamente, cumpre-me na qualidade de representante vosso naquele conclave geral de toda a Rêde, colocar todos vós ao par da situação e da nossa atitude. Inicialmente devemos aludir as reivindicações levantadas em nosso nome: a) Restabelecimento do direito liquido e [ilegível] dos ferroviários da Jacuí, quando encampados pela lei 2.405, artº 20, de 20-8-54, data em que passaram a fazer parte da V. Férrea, como os demais ferroviários (...). e) imediata melhoria nas casas de moradia do pessoal da Jacuí, dotando-as de água e luz, tanto no Conde como no Butiá, construir mais casas em Butiá, para os funcionários para lá transferidos, mesmo que, pela natureza do cargo essas casas tenham que ser alugadas pela V. Férrea.”<sup>39</sup>

Nota-se que a vida diária dos ferroviários da Jacuí que habitavam nas casas da Viação Férrea podia ser bem penosa pela ausência de água e luz. Essas experiências cotidianas talvez representassem uma motivação para as lutas dos trabalhadores, militantes ou não, a fim de melhorarem suas condições materiais de vida.

Depois de pautadas as suas reivindicações, os ferroviários estabeleceram um prazo para cumprimento de algumas delas: “(...) 72 horas, para o pagamento dos meses de Outubro e Novembro, das vantagens da resolução número 131, e, mais abono familiar das esposas, igualmente, para a E. Ferro Jacuí.”<sup>40</sup> Algumas páginas adiante, na mesma ata, os ferroviários que estavam presentes na Assembléia resolveram indicar uma lista tríplice para ser apresentada ao Vice-presidente da República (João Goulart) a fim de que fosse escolhido o delegado da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) que representaria toda a categoria. As questões debatidas nessa oportunidade desenrolaram-se por alguns meses, sendo, inclusive, objeto de

<sup>38</sup> Sobre as diferentes formas de associação dos trabalhadores ferroviários ver: FLÔRES, 2008.

<sup>39</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata n.º 2, Porto do Conde, fevereiro de 1956. Rubens, na ocasião, era Presidente da UFG e vereador de São Jerônimo pelo PTB.

<sup>40</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata n.º 2, Porto do Conde, fevereiro de 1956.

discussão na imprensa nos momentos mais tensos, como se observa na ata de 25 de abril de 1956:

“(…) ao iniciar sua exposição de motivos [de convocação da assembléia] disse o Sr. Presidente, que o ambiente em Santa Maria, havia sido perturbado, por ter chegado ao conhecimento da Assembléia lá reunida, que um telegrama circular do Chefe do Departamento de Controle e Finanças, congelando todas as vantagens adquiridas até Dezembro do ano findo, conforme nota da imprensa que tinha em mãos, e que passava a ler, os ferroviários haviam abandonado o estudo do ante-projeto de Quadro, e que haviam dado setenta e duas (72) horas à Direção da V. Férrea para seu pronunciamento, prazo esse que aspiraria as zero (0) horas do dia de amanhã caso não fossem atendidos os ferroviários seria de difícil previsão os futuros acontecimentos, tal era o estado de ânimo em que se encontrava a classe.”<sup>41</sup>

Nesses episódios, Julio ainda não tinha seu nome registrado em ata, mas é de se acreditar que dificilmente ele deixaria de participar dessas reuniões que ocorriam inicialmente no cinema da localidade (cedido por seu proprietário) e, posteriormente, no galpão de propriedade de João Rodrigues Conceição, ferroviário que era membro do PTB e da UFG.

Em 1958, quem trouxe informações de Santa Maria na qualidade de delegado do núcleo de Porto do Conde foi o próprio Julio Enes, como se constata no registro da reunião do dia 3 de abril:

“Constituída a mesa diretora dos trabalhos, de imediato foi pasada a palavra ao presidente, que após alguns esclarecimentos passou a palavra ao Sr. Julio Enes de Araujo, a fim de que o mesmo interasse os companheiros dos assuntos tratados na Assembléia de âmbito estadual realizada no dia 20 de março em Santa Maria.”<sup>42</sup>

Os trechos reproduzidos reforçam a hipótese sugerida de que o cotidiano de Julio Enes tornava-se mais tenso e agitado quando ocorriam esses momentos de protesto, reivindicações e greves, seja como um militante da “base”, apenas participando de reuniões em momentos de crescimento do movimento em função de determinadas reivindicações, seja como um “quadro intermediário” que, no espaço de três ou quatro anos, passou a contribuir para o funcionamento das entidades, até tornar-se uma das lideranças locais que ajudava a mobilizar a categoria.

Como já proposto acima, o contexto político nacional da época era propício à intensificação da atividade militante dos ferroviários. Em 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito presidente da República tendo como vice o trabalhista gaúcho João Goulart. A política desenvolvimentista de JK, guiada pelo binômio energia e transportes, previu fortes investimentos na indústria automobilística e na abertura de estradas, a fim de criar um

<sup>41</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata n.º 6, Porto do Conde, abril de 1956.

<sup>42</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata n.º 24, Porto do Conde, abril de 1958.

crescimento estrutural em cadeia. Segundo Silva, “os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados”<sup>43</sup>. O avanço do transporte rodoviário colaborou para que a VFRGS se tornasse deficitária causando problemas orçamentários ao Estado. Mais tarde, em 1957, as estradas de ferro do Rio Grande do Sul foram revertidas ao governo federal passando a compor a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Esse importante episódio da história das estradas de ferro brasileiras estava na pauta de discussões dos parlamentares gaúchos<sup>44</sup> e causou apreensão entre os trabalhadores, receosos de perderem seus direitos. A manchete de capa do “Eco Ferroviário” de janeiro de 1957 informava: “Os Ferroviários não serão prejudicados”<sup>45</sup>. Já o exemplar de outubro de 1957 noticiava: “PLENAMENTE ASSEGURADOS OS DIREITOS DOS FERROVIÁRIOS”; na mesma página, logo mais abaixo, outra manchete: “Constituída a Rêde Ferroviária Federal / Garantidos os direitos dos Ferroviários”. Nesse mesmo número, o periódico reproduziu o decreto 42.380 de 30 de setembro de 1957, que garantia os direitos de cada autarquia incorporada, e o decreto 8.159 de 12 de setembro de 1957, que trazia a seguinte informação: “Declara rescindido o contrato de arrendamento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul celebrado com o governo da União e dá outras Providências”<sup>46</sup>. No entanto, os ferroviários puderam sentir-se um pouco mais seguros de suas vantagens somente em 1961, quando o governo federal ratificou o Termo de Reversão que, desde 1959, já havia sido celebrado entre o governo gaúcho e o da União e que passaria a vigorar a partir da publicação de lei federal.<sup>47</sup>

É de se imaginar o clima de incerteza que pairava sobre as cabeças dos trabalhadores da Viação Férrea naquele final de década. Alguém afirmaria que o dia-a-dia dos ferroviários era vivenciado com tranqüilidade no ano de 1957 diante de tantas mudanças? Com certeza, o cotidiano desses homens e mulheres não era tranqüilo, tanto menos para aqueles mais atuantes como Julio Enes de Araujo. O ata da reunião da UFG, de 26 de junho de 1957, pode ajudar a compreender a atmosfera tensa na qual se encontravam imersos os ferroviários:

“(…) tendo o ilustre representante [Rubens Porciúncula] em brilhante e expressiva oração, declarado a classe que em relação a greve pelo não atendimento quanto a assinatura do Novo Quadro do pessoal deveríamos esperar mais um pouco pois este estava em vias de aprovação tendo subido a Sansão do Ministro, e que no entanto deveríamos manter somente o espírito de greve como preceito psicológico, mas no momento não era aconselhável a deflagração de uma greve, mesmo ainda

<sup>43</sup> SILVA, Suely Braga. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>> Acesso em: 26, outubro, 2009.

<sup>44</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Julho de 1957. Volume 110, p. 1-5.

<sup>45</sup> Arquivo pessoal. *Eco Ferroviário*, Ano 24, n.º 21, janeiro de 1957, p. 1.

<sup>46</sup> Arquivo pessoal. *Eco Ferroviário*, Ano 24, n.º 30, outubro de 1957. p. 1-12.

<sup>47</sup> Arquivo pessoal. Recorte do *Eco Ferroviário*, janeiro de 1968. p. 3

porque o governador do Estado até então não tinha se descido quanto a entrega da Viação Férrea à Rêde Ferroviária (...)

Continuando disse o Dr. Porciúncula que greve na atual situação seria levar a classe ao descalabro e fracasso pois estávamos no período das ‘vacas magras’ (falta de safra), e que seria o caso oportuno para o governo fazer a entrega da Viação a Cia. De Economia Mixta (...).<sup>48</sup>

O registro expõe mais um dado importante: se o cotidiano dos ferroviários tornava-se tenso em momentos excepcionais como os já expostos, por outro lado, situações nas quais a demanda por transporte era reduzida (falta de safra) poderiam piorar o “clima” entre os trabalhadores devido à preocupação ocasionada pela diminuição da carga de trabalho. Essa última ata citada foi redigida por Julio Enes que a assinou no final sem designar a posição por ele então ocupada.

No acervo do personagem, verifica-se a existência de jornais da época que ajudam a compor o cenário de tensão que tento aqui desenhar. Por exemplo: o “Diário de Notícias” de 6 de julho de 1957 estampava, ao lado da foto de um jovem militar, a seguinte manchete: “Cel. Negreiros, interventor militar na Viação Férrea”. No corpo da reportagem lê-se: “O governo federal interveio hoje na administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, levando em conta a situação de crise que atravessa aquela ferrovia”. Mais abaixo, na continuação da reportagem, observa-se a repercussão esperada devido a iniciativa: “Com a nomeação do interventor federal para a Viação Férrea foi adotada ontem uma medida decisiva, visando encaminhar a solução da greve dos ferroviários que vem se prolongando há uma semana”.<sup>49</sup>

Ainda que outros exemplos possam ser expostos, creio ser já suficiente a descrição realizada até aqui para demonstrar a intensa atividade do chefe de família, ferroviário e militante Julio Enes de Araújo.

Como vereador eleito no início da década de 1960, possuo poucos registros de sua atividade, além de algumas informações captadas em seu depoimento. Ele afirma que sua presença na Câmara Municipal ocorria aos sábados, não interferindo no seu turno normal de trabalho:

“No tempo que eu fui eleito vereador sabe qual era o nosso salário na Câmara de Vereadores? Nós não tínhamos salário como hoje. O que nos pagavam lá era o título de jeton. Qual era o jeton? 10% do salário mínimo ... e ... quantas reuniões ... 10% do salário mínimo para cada reunião que o cara participasse ... era convocado ... as reuniões que tinham na câmara eram quatro durante o ... durante o mês. Aí eu ia ficar

<sup>48</sup> Arquivo pessoal. Livro de Atas da UFG. Ata n.º 18, Porto do Conde, junho de 1957.

<sup>49</sup> Arquivo pessoal. *Diário de Notícias*, Ano XXXIII, n.º 104, Julho de 1957, capa.



com aquilo? Não dava nem pra ... pra nada (...) e as reuniões eram aos sábados. Então não causava prejuízos pra empresa e nem me prejudicava.”<sup>50</sup>

Diferente do que se pode supor à primeira vista, as preocupações do personagem não se limitavam às questões profissionais, políticas e familiares, mesmo que essas tomassem boa parte do seu tempo. Seu arquivo privado testemunha mais do que momentos de sua vida imediata como escriturário e militante. Tal acervo é capaz de revelar também outros interesses e hábitos de Julio. Um deles é a leitura, hábito que, como vimos no capítulo anterior, parece ter sido estimulado por seu pai desde os tempos de criança. Ele gostava de ler jornais. Talvez em casa, na hora do almoço ou depois do trabalho; talvez no próprio trabalho onde poderia encontrar vários periódicos. De qualquer forma, nos seus guardados, existem exemplares de diferentes jornais: “Eco Ferroviário”, “Diário de Notícias”, “A Hora”, “Última Hora” e “Correio do Povo”, todos datados da década de 50. O exame desses periódicos revela a existência de questões mais amplas, de alcance internacional, que possivelmente chamavam a atenção do personagem. Por exemplo, no “Diário de Notícias” citado acima, são abordados acontecimentos mundiais tais como: “REPTO DO OCIDENTE A MOSCOU”, “TALVEZ SEJAM CONDENADOS A MORTE OS DIRIGENTES RUSSOS ‘EXPURGADOS’”, “PEDE A ARGENTINA, OFICIALMENTE, SEJA PERON EXPULSO DA VENEZUELA”<sup>51</sup>, dentre outras.

Coloquei o interesse dessas questões no condicional (**possivelmente**) já que elas aparecem no verso da página que contém informações sobre a federalização da ferrovia; ou seja, ao guardar a capa, ele estaria automaticamente guardando essas notícias também. No entanto, o que pode tornar mais plausível tal proposição é a continuação da trajetória do personagem que se revelará nos próximos capítulos desse trabalho.

Outra atividade pela qual Julio se interessava, conforme as fontes consultadas, e que atravessou sua trajetória, é a prática da escrita. Seja do período em que atuou como vereador, ou mesmo de décadas mais tarde, após sua aposentadoria, quando cursou um supletivo para finalizar o “segundo grau”, encontram-se no seu acervo, além dos Livros de Atas, nos quais muitas são redigidas por ele, diversas correspondências e transcrições de leis e documentos como, por exemplo, a transcrição datilografada do Decreto-Lei que autorizou a incorporação da Estrada de Ferro Jacuí à Viação Férrea. Datada de 5 de março de 1963, lê-se no final:

<sup>50</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009. Jetom é uma remuneração aos parlamentares por convocações extraordinárias.

<sup>51</sup> Arquivo pessoal. *Diário de Notícias*, Ano XXXIII, n.º 104, Julho de 1957, p. 2.

“Transcrito do Diário Oficial da União n.º 108, de 12-5/1943”.<sup>52</sup> Abaixo desse trecho, encontra-se manuscrito, além da assinatura de Julio: “D<sup>a</sup> Áurea – Chefe da biblioteca do D.P.M.” É possível especular, por tudo que se tem dito até aqui, que esse manuscrito poderia indicar o hábito de frequentar bibliotecas. Uma atividade militante? Política? Lazer? Que o trabalho siga para que se possa melhor interpretar todos esses aspectos componentes da vida cotidiana do personagem, da sua existência como “homem inteiro”.

É precisamente a teorização de Heller sobre a vida cotidiana que me auxilia na tarefa de interpretar o dia-a-dia do personagem, afastando (assim espero) esta monografia da simples descrição do imediatamente visível nas fontes. Sendo assim, exponho aqui, novamente, um excerto de sua obra:

“Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia [analogia?], precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem *se cristalizar em absolutos*, mas têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. (...) Se essas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana.” (HELLER, 1992, p. 37, grifo da autora)

Analisando a trajetória do personagem sob a perspectiva de seu cotidiano, podemos observar alguns desses aspectos se explicitando. Por exemplo: presume-se que Julio expunha sua espontaneidade e pragmatismo (unidade imediata de pensamento e ação) quando operários iam até seu setor de trabalho requerer algo e ele, diferente dos outros colegas, segundo afirma, tratava-os com respeito independentemente da função que exercessem. Ao ser espontâneo e pragmático, Julio Enes estava sendo economicista. Sendo mais claro: para Heller (1992, p. 30), quando assumimos riscos baseados na probabilidade, estamos sendo economicistas, pois “(...) o homem atua sobre a base da *probabilidade*, da possibilidade: entre suas atividades e as conseqüências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a conseqüência possível de uma ação.” A autora conclui a análise sobre o economicismo da vida cotidiana afirmando: “*Toda* categoria de ação e do pensamento manifesta-se e funciona exclusivamente enquanto é imprescindível para a simples continuação da cotidianidade” (p. 31).

Poderia seguir analisando e exemplificando outros aspectos mencionados pela autora, porém isso seria demasiado extenso, ultrapassando os limites propostos a essa monografia e servindo mais para “testar” sua teoria do que para compreender uma trajetória individual - mas capaz de revelar, também, elementos coletivos de uma determinada categoria de trabalhadores.

---

<sup>52</sup> Arquivo pessoal. Transcrição datilografada. Porto Alegre, 05, março 1963.

Por ora, é mais importante destacar que o personagem parece ter conseguido suspender, por alguns momentos, os automatismos, a imediatez e a heterogeneidade características da vida cotidiana, concentrando seus esforços, homogeneizando algumas de suas habilidades a favor de um ideal - a defesa dos direitos dos ferroviários e a melhoria das suas condições de vida - através da atividade militante que, por significar para o personagem mais do que interesses individuais/particulares e transcender o ritmo diário costumeiro, pode ser considerada uma atividade humano-genérica.

O cotidiano do personagem era preenchido em grande parte pela atividade militante e política que permeou seu trabalho e sua vida privada. Em momentos-chave para o futuro dos ferroviários, essa atividade se ampliava, provavelmente sobrepondo-se às questões privadas ou se confundido com elas. E assim foi até a extinção da Estrada de Ferro Jacuí, quando o personagem acabou transferido para Porto Alegre, aproximadamente em 1964. O único registro empírico que localizei referente à extinção dessa Ferrovia e à transferência de Julio é o seu próprio depoimento. Foi após essa transferência que fatos da política nacional, junto a outros “menores” ocorridos no seu cotidiano, levaram-no a conhecer novas idéias, a construir para si mesmo outra compreensão do mundo e a estabelecer um novo marco divisório em sua memória. É o que veremos no capítulo seguinte.

#### 4 Ferroviário veterano, “coração de estudante”

A Estrada de Ferro Jacuí foi extinta. Julio afirma que a VFRGS não poderia removê-lo, porque era vereador, mas poderia cortar seu salário. Alega que foi esse o motivo pelo qual pediu remoção para Porto Alegre. Existiam no Rio Grande do Sul muitas estações ferroviárias pelas quais Julio poderia ter optado como Rio Grande, Passo Fundo, Santa Maria quem sabe, afinal era lá onde se concentrava grande número de ferroviários e onde eram debatidas as principais reivindicações da categoria. Escolheu Porto Alegre. Seu relato sugere que questões familiares, profissionais e políticas entrecruzaram-se quando dessa escolha:

“E aí quando foi pra remover eu também tinha direito de pedir um lugar, pedi pra Porto Alegre. Porque pra mim eu sempre procurava aquelas coisas mais importante pra evolução do ser humano e lá pra uma cidadezinha do interior ... o cara não ... os filhos não iam ter grandes possibilidades. Na capital ... tinha muito mais chance de conseguir um serviço melhor ou até de mais estudo, mais cultura. Aí eu vim pra (...) vim pra Porto Alegre e fui trabalhar ... no Edifício Ely. Ali tinha um escritório da Viação Férrea, fui trabalhar ali. Nesse tempo ... eu vim pra ali em 64 ... já na época que tinha existido o chamado golpe militar no Brasil. Nesse período eu ... eu trabalhando ali eu queria ir pro meio da massa. Aí eu pedi transferência pra Diretor Pestana. Não deram. Aí consegui perguntar com um rapaz que trabalhava em Diretor Pestana e fui trabalhar lá no meio dos ferroviários. O serviço era muito menos ... a condição de se apresentar era muito menos importante porque lá a roupa da gente chegava a feder a óleo diesel ... e cá no Edifício Ely eu trabalhava de terno, de gravata ... mas era um a mais, não tinha importância nenhuma. Eu queria ir pra o meio da onde eu sempre tive essa cul ... essa vontade de ajudar os outros (...).”<sup>53</sup>

No entanto, optar por uma cidade na qual iria trabalhar pelos próximos anos implicava necessariamente outras escolhas, como por exemplo, onde morar. Diferente do depoimento acima, no qual transparece a predominância de aspectos individuais e familiares, quando rememora o que o motivou a escolher o local onde habitaria, o quesito família parece que não teve tanto peso na escolha, avultando-se seus interesses políticos:

“(...) quando eu vim da Estrada de Ferro Jacuí de São Jerônimo pra cá, eu queria Canoas ... porque Canoas era área de operário só que quando eu cheguei aqui em seguida (...) eu vim pra cá em 62, 63. 64 foi o golpe (...) aí aqui foi área de segurança, eu nunca mais tive a oportunidade de concorrer ... e pra concorrer em outro lugar eu não queria porque ... eu sempre era contra ... por exemplo, eu tive oferta ainda lá pra ser candidato em São Jerônimo, aonde eu tinha sido eleito duas vezes e eu não quis porque (...) não to aí pra ver o que que eles querem (...).”<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida ao Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, em junho de 2009. Essa citação, junto a outra que será feita adiante, indica que Julio já tinha pelo menos mais uma filha. Isso é relevante no tocante às razões que o levaram a optar por Porto Alegre.

<sup>54</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

Nosso personagem mudou-se para Canoas de onde saía diariamente para trabalhar em Porto Alegre. Primeiro no centro da cidade, depois na Estação de Diretor Pestana. Coincidência ou não, essa estação ficava próxima à cidade de Canoas, na região metropolitana da capital gaúcha. E assim continuou até 1977 quando se aposentou como escriturário. Havia escritórios em Diretor Pestana e, provavelmente, lá não existia a exigência de usar terno e gravata. A roupa com cheiro de óleo poderia ser uma expressão do grupo, uma gíria interna, que também poderia ter algum valor simbólico para o personagem, no sentido de que o aproximava dos operários. Ele afirmou que “trabalhava escalando”, preparando a escala de horário dos trabalhadores. Se ocupou outras funções, essas não foram mencionadas nas fontes consultadas. Seja como for, considero da maior relevância o fato de uma possibilidade ter sido criada, ou explicitada em dado momento, e Julio ter realizado sua escolha levando em conta aspectos interligados de sua personalidade, como suas preferências políticas e a vontade de que seus filhos tivessem acesso a mais “cultura”. É ainda possível presumir, nesse sentido, que Julio não se sentia confortável no local da primeira transferência, longe dos operários que eram seus amigos de longa data e companheiros de luta. Após a federalização (1957), a confirmação (1959) e a ratificação (1961) da garantia de direitos adquiridos até então, uma forte greve de âmbito nacional (ocorrida em 1962<sup>55</sup>) e outros episódios que envolveram a categoria naquele contexto, sejam de alcance regional, sejam no dia-a-dia de trabalho, ajudam a explicar a opção feita pelo personagem por ficar perto daqueles com os quais afirma sempre ter se identificado: os escalões hierarquicamente inferiores. Assim, pode-se dizer que ele decidiu de forma relativamente livre o cotidiano que gostaria de viver. Na condução de sua vida, o pragmatismo tornou-se visível novamente, ou seja, “imprescindível para a simples continuação da cotidianidade”, como já citado no capítulo anterior.

Parece que, inicialmente, ainda foi possível a Julio Enes concorrer à legislatura municipal em São Jerônimo, mesmo morando em Canoas. Contudo, devido à não possibilidade de concorrer nesse último município, pelo fato do mesmo ter se tornado área de segurança nacional em algum momento após 1964, data que não consegui precisar com exatidão, acabou optando, diante das circunstâncias, por não mais concorrer a cargos eletivos de qualquer das esferas do poder. Essa decisão que, como veremos, foi provisória, não impediu que sua atuação militante continuasse ocorrendo cotidianamente, através dos meios de que dispunha. Este talvez tenha sido um destino comum a muitos daqueles que se identificavam com a oposição de

---

<sup>55</sup> Arquivo pessoal. *O Ferroviário em Marcha*, Junho-Julho de 1962, p. 5.

esquerda naqueles anos ditos “de chumbo” (embora seu relato sugira, como mostrarei adiante, uma diferença entre partidos de esquerda e o PTB).

Como já mencionado anteriormente, presume-se que Julio tenha sido eleito pela primeira vez em 1960. Após esse pleito, as disputas municipais subsequentes ocorreram em 1962 e 1965<sup>56</sup>. Diante da impossibilidade de consultar listas de vereadores eleitos ou outras fontes, creio que foi neste último ano que Julio obteve seu segundo mandato para ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de São Jerônimo, pois existem correspondências datadas de 1968 nas quais ele assina como vereador da cidade. Durante e após esse segundo mandato, o personagem teve duas formas de atuar: uma legal, através do MDB – e isso pode indicar que ele estava presente na constituição do único partido de oposição permitido à época – e outra clandestina, junto a estudantes trotskistas que afirma ter conhecido, e posteriormente junto ao PCB, após o enfraquecimento do referido grupo de estudantes. Aparentemente Julio finalizou sua segunda legislatura, pois não há referência de que não a tenha concluído. Voltou a se candidatar somente após sua aposentadoria no fim da década de 1970, período que será tratado brevemente no capítulo seguinte.

A agitação política e a tensão que permeavam o cotidiano dos ferroviários em geral, e de Julio Enes em particular, que procurei fazer transparecer no capítulo precedente, parece ter tomado feições dramáticas após o golpe civil-militar que instaurou uma ditadura no Brasil em 1964. Os relatos do personagem, bem como os documentos de seu acervo, insinuam uma verdadeira ofensiva do governo golpista contra os trabalhadores ferroviários a fim de desarticulá-los. Não me centrarei nessa questão senão apenas para dar contornos mais nítidos à atmosfera cotidiana vivenciada por tais trabalhadores naqueles tempos de ditadura e perseguições.

Julio seguia sua rotina casa-trabalho-militância, permeada, principalmente, pelas questões referentes à categoria profissional à qual pertencia e que defendia, embora sua atuação após o golpe tenha sido dificultada. Além disso, freqüentava as reuniões da Câmara de São Jerônimo. Numa das sessões, relata ter ocorrido um fato que, junto com o golpe, parece ter se cristalizado em sua memória como um dos pontos sobre os quais constrói uma imagem de si. Vejamos:

“(…) vindo o golpe militar a situação ficou diferente ... porque o ... os cara vieram pra reprimir esse tipo de coisa. Porque tinha que ... aí já não era só o Rio Grande do Sul, era o Brasil também que entrava nessa questão, isso é bastante amplo pra gente falar (...). E aí o que eu sei é que grande parte de ferroviários (...) grande parte que eu

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>> Acesso em: 11 setembro 2009.

digo das lideranças, e também na área política, Deputados e Vereadores foram presos, foram reprimidos, foram colocados aí ... onde é aquele colégio que era do ... dos menor (...) alí perto de onde hoje é o ... o campo do Inter (...) muitos foram presos ali e a partir daquele período a gente passou a ter pouca liberdade de atuação, entidades ferroviárias como a ... aquela associação ali da Farrapos foi ... passou sob intervenção, a cooperativa dos ferroviários foi intervida (...).<sup>57</sup>

Foi nesse contexto repressivo que Julio Enes afirma ter entrado em contato com outras ideologias, as quais influenciaram de forma marcante sua vida daí em diante:

“E a minha participação, eu vou contar ela porque ela é importante embora isso aqui são coisas que eu acho que não tem nenhuma questão de nada de ruim, só é que são estratégias. Eu era vereador naquele período e... um dia lá na Câmara de Vereadores em São Jerônimo foi dois rapazes, dois estudantes da faculdade foram lá pra falar com um Vereador que era lá de Charqueadas (...) não era município, era distrito (...), ele era vereador de São Jerônimo. E aí o cara não quis falar com os caras, disse: ‘olha tem dois cara que vieram aí’... que era ... que eles vinham mandado pelo cara que tinha sido acessor do Brizola (...). ‘Mas eu não quero falar com eles?’ – ‘Ah, eu quero.’ Aí conversei com esses cara e aí... lá não acertamos nada, eles pediram meu endereço (...) pediram onde é que eu trabalhava, eu disse que trabalhava em Diretor Pestana. Eles foram me procurar alí... depois pediram o endereço da minha casa, eu dei, eles passaram a me freqüentar e aí passaram a me levar uma outra doutrina política. Eu era PTB (...) Brizola, Jango e... Getulio, eram os Partidos que... as direções maiores que a gente tinha como do Partido. E a partir dessa orientação que eles passaram a me levar, que eu não sabia bem que corrente era, depois eu fiquei sabendo que eles eram trotskista e que era um Partido que... que não tinha nada, que, e depois não era nem Partido Comunista, eles eram trotskista (...) só que eram uns caras muito esclarecidos e explicavam muita coisa que eu não tinha a mínima noção daquilo alí (...).<sup>58</sup>

Julio relata que passou a frequentar reuniões que ocorriam em sua casa ou na de outros companheiros. Naturalmente, acabavam por conhecer parte da vida privada uns dos outros. Conta, também, que realizavam panfletagens à noite, “mas não por questão de medo, por questão de tempo”.<sup>59</sup> Nessa militância, deslocavam-se a outras cidades com forte concentração de operários, como Santa Maria, já destacada aqui como um pólo ferroviário, a fim de conversar com os trabalhadores e orientá-los em relação aos seus direitos e à ditadura que se instaurara, mostrando o quanto a repressão estava presente. Foi num destes trabalhos de “orientação” que o personagem acabou sendo preso pela primeira vez:

“(...) um desses estudantes queria ir ... queria conhecer os ferroviários e eu fui com ele a Santa Maria e fui a Cruz Alta fazer trabalho... de contato... conhecia... a maioria de ferroviários... e uma pessoa que não estava na nossa reunião foi preso pela Polícia do Exército em Santa Maria e entregou eu e o estudante esse e todo mundo (...).<sup>60</sup>

<sup>57</sup> Entrevista concedida ao Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, em Junho 2009.

<sup>58</sup> Entrevista concedida ao Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, em Junho 2009.

<sup>59</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

<sup>60</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

Julio conta que foi preso ao retornar de Santa Maria, quando trabalhava em Porto Alegre. Afirma ter ficado 33 dias detido. Boa parte do tempo em que esteve na prisão ficou incomunicável e sua família não foi informada. Ao lembrar a maneira como foi detido e o momento no qual seus familiares souberam da prisão, percebe-se que sua vida privada ficou exposta de forma bastante explícita:

“(...) eu fui preso aqui [em Porto Alegre], me levaram lá pra PE, e depois disso, dias depois é que a minha mulher foi ficar sabendo onde é que eu estava porque inclusive vieram na minha casa pra pegar roupa minha e não disseram onde é que eu estava. Eu morava aqui em Canoas (...). E eles queriam ‘o que e que tu quer?’ Eu digo: ‘Não, não quero nada’. ‘– Mas o que é que o... tu precisa... o que é que tu quer que eu busque lá?’ (INAUDÍVEL)... eu tinha documentação e tudo mais. Mas eles vieram e levaram [roupas]... e é um fato interessante (...) uma das minhas filhas, que não é essa que está aqui, nas roupas que ela mandou ela botou dentro... esse Novo Testamento aqui (*mostra o livrinho religioso*) e uma fotografia dela, a minha filha mais moça... isso aqui era a única coisa que eu tinha pra ler (...)”<sup>61</sup>

Prosseguiu o depoimento dizendo que, aproximadamente 12 dias depois, sua família soube que ele estava preso em Santa Maria, para onde havia sido transferido após 3 dias no quartel de Porto Alegre. Sua mãe e esposa foram visitá-lo e, como dificilmente deixaria de ser, emocionaram-se muito ao ver que Julio estava bem. De qualquer forma, o relato indica que foi um encontro rápido, em um corredor, e que o ferroviário já havia sido orientado a não mencionar nada sobre os interrogatórios ocorridos.

Talvez seja pertinente realizar agora – até para podermos compreender os percursos de Julio Enes em um “campo de possibilidades” mais amplo – uma breve comparação com o trabalho da pesquisadora Alzira Alves de Abreu (1998, p. 14-32) que, através de um conjunto de entrevistas com ex-combatentes da luta armada pós-68 no Brasil, procurou compreender “as motivações dos jovens que, entre 14 e 25 anos, abandonaram as possibilidades de um futuro profissional de sucesso por uma opção política que os levava à clandestinidade (...)”. O diálogo é possível, apesar das diferenças geográficas (os entrevistados de Abreu atuaram, sobretudo, no Rio de Janeiro), etárias e as relativas aos métodos de ação empregados pelas organizações. Esse último aspecto é importante de ser ressaltado porque, em ambas as entrevistas concedidas, Julio Enes afirmou enfaticamente (mesmo sem ser questionado sobre o assunto) que não participou de “assaltos” a banco ou ações de “terrorismo”. Tais opções de luta foram, precisamente, algumas das ações realizadas pelos entrevistados na pesquisa de Abreu.

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.



A primeira observação que faço é referente ao funcionamento da memória. Abreu (1998, p.15-16) compara os depoimentos dos ex-combatentes com outros de “políticos profissionais mais velhos”, apontando, como diferença, que esses últimos “mostram uma memória cristalizada sobre os acontecimentos-chaves que eles viveram, ou seja, revela uma versão que foi sendo estruturada ao longo da vida.” Como características dessa “memória cristalizada”, Abreu menciona “a narração do relato de forma idêntica, com as mesmas palavras, a mesma entonação de voz, as mesmas observações.” Tais traços podem ser percebidos igualmente nas entrevistas de Julio. Por exemplo, além de enfatizar espontaneamente as ações que não praticava, outros episódios narrados por ele se repetem nas duas entrevistas realizadas (mesmo que estas tenham sido realizadas em função de objetivos distintos e transcorrido de formas diferentes), como o dia em que conheceu os estudantes trotskistas na Câmara de São Jerônimo, tendo sido preso algum tempo depois de viajar com um deles para Santa Maria por culpa de um delator, ou as palavras proferidas a ele pelos militares que o interrogaram, dizendo que tinham informação de que ele era a “segunda pessoa”. Esses e outros acontecimentos são pontos que demarcam sua trajetória. Lembrando Bourdieu (2006, p. 183-191), são como as etapas de um caminho ilusório através do qual o indivíduo constrói uma imagem coerente de si.

Outro ponto de semelhança entre os depoimentos da pesquisa de Abreu (1998, p. 23) e os desta que aqui apresento, encontra-se nos procedimentos executados pelas forças da repressão. Alguns dos militantes armados afirmam que a opção por ações violentas se deu no momento em que “as prisões políticas se faziam sem mandado de prisão (...) a polícia ou os militares não informavam nem o fato da prisão, nem o local onde o preso se encontrava, nem suas condições físicas e psicológicas. (...) a localização podia demorar semanas.” O relato de Julio Enes, acima transcrito, vai ao encontro desses depoimentos. Inclusive ele menciona, em seguida, que havia no seu grupo um cabo do Exército, que era estudante de medicina e que “esse cabo, também quando eu fui preso incomunicável, ele também tava preso incomunicável no mesmo quartel lá em Santa Maria (...)”.<sup>62</sup>

Uma das diferenças observadas neste diálogo entre as duas pesquisas diz respeito à condição de clandestinidade. Por não ter optado pela luta armada (opção que não tenho como saber com certeza se chegou a se concretizar como possibilidade para ele), Julio, conseqüentemente, teve seu cotidiano, digamos, menos alterado do que os guerrilheiros. Esses, não raro, perderam contato com família, amigos, usavam nomes falsos, etc.. Um dos depoentes

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

de Abreu (1998, p. 20) fez a seguinte declaração: “(...) se mudou o ministro no regime militar, nós considerávamos que aquilo não tinha nenhum significado, não alterava nada. A alienação era total, completa e absoluta, desse exterior”. Outro afirmou:

“para vocês terem uma idéia – isso se tornou folclórico –, a Var Palmares, que era uma organização que não estava nessa ofensiva de ações, ela chegou num momento a criar a chamada ‘comissão de acompanhamento da realidade’, que teria como função juntar recortes de jornais, colar numa folha, tirar cópia e passar para os quadros da organização. Isso porque a grande maioria dos quadros de esquerda daquela época não lia sequer o jornal, quanto menos livros.” (ABREU, 1998, p. 21).

Justamente neste trecho, que citei para apontar a diferença de cotidianos vivenciados conforme a opção política adotada (ingresso ou não na luta armada), encontro um elemento que pode se configurar como mais uma das atividades desenvolvidas por Julio Enes.

Dentre os documentos componentes de seu arquivo pessoal, existem diversas folhas com recortes de jornais, a maior parte do “Correio do Povo”. Guardar periódicos com informações relevantes sobre sua categoria profissional parece ter se constituído em um hábito, um *hobby* do personagem, e talvez também numa forma de atuação política, na condição de “guardião” da memória das lutas dos ferroviários. Ou Julio faria isso a partir de alguma orientação superior da organização, mais ou menos como a “comissão de acompanhamento da realidade” da VAR? Momentaneamente, não tenho como apontar maiores evidências para confirmar esta hipótese, ainda que seja relevante levantá-la. De qualquer forma, o conteúdo desses recortes pouco se diferencia daqueles anteriores à década de 1960. A diferença mais visível é a maneira como foram guardados (colados em uma folha). Por exemplo, existe uma folha onde estão colados seis recortes, todos do “Correio do Povo”, cinco do ano de 1969 e um, aparentemente, de 1964. Todos apresentam como conteúdo questões relacionadas aos funcionários da ferrovia, direta ou indiretamente, inclusive um fato que foi objeto de intenso debate: a transferência da administração da RFFSA para Curitiba. Sabe-se a data e o nome dos periódicos através das indicações manuscritas feita por Julio em cima de cada recorte. Noutra folha, mais quatro reportagens, sendo três de 1969 e uma sem data. Duas se referem à estabilidade, FGTS e outras reivindicações, não dos ferroviários especificamente, mas dos trabalhadores brasileiros em geral. A outra é um editorial que disserta sobre a “Reforma Constitucional, em forma de emenda”, formalizada em 1969. Por fim, logo abaixo deste recorte, está outro, colado de cabeça para baixo, sem data, dando conta de um encontro de Ministros do Trabalho ocorrido em Washington. Diversas outras reportagens são encontradas,

especialmente entre os anos de 1969 e 1970, com conteúdo relativo às demandas ferroviárias majoritariamente.

Feito esse pequeno “diálogo” com a pesquisa de Abreu e essas observações sobre o arquivo pessoal do personagem-foco da presente pesquisa, volto a acompanhar a trajetória do último.

Não obstante a prisão, Julio continuou atuando politicamente. Em janeiro de 1968, consta seu nome no “Eco Ferroviário”, na qualidade de Vereador Ferroviário que, junto com outros representantes da categoria, encaminhava ao “Presidente Costa e Silva, volumoso expediente, pleiteando o restabelecimento desse dispositivo de Lei”.<sup>63</sup> O dispositivo ao qual o periódico se refere é o “parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 3.887/61”<sup>64</sup>. Trata-se do chamado Termo de Reversão que garantia aos funcionários da VFRGS os mesmos direitos dos outros trabalhadores incorporados à RFFSA. Sob o governo dos militares, os ferroviários gaúchos tiveram o mencionado parágrafo revogado pelo Decreto Lei nº 5. de 4 de abril de 1966.<sup>65</sup>

Certo tempo depois, em 6 de junho de 1968, ocorreu nova tentativa de Julio de manter integralmente o referido Termo de Reversão. Ele enviou uma correspondência ao deputado Zaire Nunes do MDB. O conteúdo da missiva auxilia tanto na identificação aproximada da data em que ocorreu sua prisão, quanto na obtenção de informações úteis no sentido de captar suas formas de militar em diferentes espaços. Acompanhemos um trecho:

“Senhor deputado, venho por meio destas linhas, perguntar a V. Excia. se ainda [ainda] se recorda do Ver. Julio Enes de Araujo, da Câmara Municipal de São Jerônimo, que no dia da Convenção para a escolha de candidatos a deputados estaduais e ferais [federais], em agosto de 1966, na sede do Diretório Regional do ex P.T.B., em Porto Alegre, conversou por longo tempo com V. Excia. tendo inclusive prontificado-se a fazer sua campanha no núcleo ferroviário de Dir. A. Pestana, onde exerce sua atividade. Pois bem, só agora é que foi possível entrar em contato com V. Excia. por correspondência. Sendo que logo depois daqueles dias fui preso e recambiado para Santa Maria, só tendo sido posto em liberdade em 1967.”<sup>66</sup>

O conteúdo da carta sugere que Julio Enes foi detido no final do ano de 1966 e libertado em 1967. O ferroviário teve, provavelmente, uma passagem de ano bastante difícil. A partir das fontes disponíveis e de bibliografia específica (RODEGHERO, 2007, p. 83-101), é possível especular que, no período compreendido entre 1964 e 1973 (referente à primeira “operação limpeza” e aos “anos de chumbo”), o cotidiano dos trabalhadores ferroviários – e de Julio Enes

<sup>63</sup> Arquivo pessoal. Recorte do *Eco Ferroviário*, Janeiro de 1968, p. 3

<sup>64</sup> Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110587/lei-3887-61>> Acesso em: 25 novembro 2009.

<sup>65</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0005-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0005-66.htm)> Acesso em: 25 novembro 2009.

<sup>66</sup> Arquivo pessoal. Cópia de correspondência de Julio Enes de Araujo a Zaire Nunes. Porto Alegre, 6 de Junho de 1968.

em particular, devido a sua ação como militante – tenha sido de grande apreensão e incerteza. A conquista e garantia de direitos foram resultados de árduas lutas que agora estavam fortemente restringidas frente a um regime de exceção. A decretação do AI-5, em dezembro de 1968, e a intervenção direta na VFRGS e em outras entidades de classe ferroviárias, bem como a priorização dada pelo governo brasileiro ao transporte rodoviário, sufocaram ainda mais essa categoria que tinha uma imensa bagagem de lutas. As possibilidades de protesto foram amplamente reduzidas devido ao aumento da repressão. Restavam as ações cautelosas como as reuniões clandestinas, panfletagens noturnas, abaixo-assinados e outras ações de oposição ao regime consideradas “subversivas”. Eram então formas de atuação bastante perigosas para aqueles militantes mais diretamente envolvidos com a luta política.

A correspondência de Julio ao parlamentar gaúcho Zaire Nunes, acima citada, prossegue com uma manifestação de apoio e alguns pedidos:

“(…) passarei de imediato ao que interessa, em primeiro lugar desejo receber um boletim desses onde consta o projeto de lei de vossa autoria sobre a alteração do parágrafo 3º do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 5, de 4 de abril de 1968. Em segundo lugar, já apresentei moção de apoio a vosso projeto na Câmara de Vereadores e tive aprovação. Em terceiro lugar [está] correndo no núcleo de Dir. A. Pestana, por minha iniciativa um memorial também de apoio [ao] projeto de lei, de vossa autoria, já acima referido.

Outro sim, se for possível, peço ao ilustre Deputado, que envie-me boletins, leis, diários, enfim o que for possível.”<sup>67</sup>

Ele assinou a carta na qualidade de Vereador pelo MDB, especificando como endereço, inclusive, a Câmara de São Jerônimo, embora indique Porto Alegre na redação da data. Essa era a única alternativa partidária viável, já que, na época, todos os outros partidos haviam sido dissolvidos. O PCB, ao qual Julio se ligou, como se verá adiante, atuava ilegalmente através da militância clandestina ou “legalmente”, com a “fachada” do MDB.

O documento possui algumas poucas anotações à caneta que completam o sentido de frases. Trata-se de um rascunho certamente. Mas o fato é que a missiva foi enviada, o que resultou numa pequena troca de correspondências, dentre as quais pude consultar algumas. Em 27 de junho de 1968, houve uma resposta, em papel timbrado da Câmara dos Deputados, de Zaire Nunes a Julio Enes:

“(…) Estou recebendo, nesta data, o memorial que os ferroviários de Diretor Pestana me dirigem a propósito da apresentação do Projeto de lei (...) que visa

---

<sup>67</sup> Arquivo pessoal. Cópia de correspondência de Julio Enes de Araujo a Zaire Nunes. Porto Alegre, 6 de Junho de 1968.

corrigir injustiças e ilegalidades flagrantes cometidas pelo Governo Federal contra os Ferroviários.

Sinto-me muito honrado pelos termos do memorial, que recebeu assinatura de 112 ferroviários e muito grato ao amigo que liderou o movimento.”<sup>68</sup>

Porém, o Deputado não deu muitas esperanças ao Vereador, ao afirmar que, “embora seja rigorosamente justo (...) sua aprovação [da referida alteração] dentro da atual conjuntura é muito difícil”.<sup>69</sup> Afinal, a estrutura político-econômica montada no país com o golpe de 64 era mais apropriada para tirar direitos dos trabalhadores dos que a mantê-los ou concedê-los. De qualquer forma, segundo Zaire, “o projeto tem o mérito de manter o assunto em pauta para aprovação no momento oportuno”.<sup>70</sup>

Em 10 de julho de 1968, Julio voltou a escrever ao deputado Zaire, informando que “é com grande satisfação, que passo a responder as suas cartas de 12 e 27 de junho próximo passado”<sup>71</sup> (à mencionada carta do dia 12 eu não tive acesso). Julio prosseguiu reforçando sua fé religiosa e dando indícios da pouca liberdade de movimentação política no interior da Viação Férrea:

“(...) reafirmamos nossa solidariedade, esperando que V. Exci<sup>a</sup>, continue cada dia continue mais firme dentro desse propósito, que receberá um dia a recompensa, senão dos que forem beneficiados (...) pelo menos da justiça divina.  
(...) saiba Sr. Deputado, que por causa desse memorial deu gente indo parar na presença do General Chefe de Segurança da Rêde, aqui em P. Alegre, e por pouca coisa não ficaram sabendo quem era o cabeça do memorial, coisa de interesse para eles, apesar de, eu, não ver nenhum mal em ser o cabeça ou participar como subscritor de um memorial como aquêle, mas a verdade é que tudo isso aconteceu por aqui.”<sup>72</sup>

Para os menos avisados, pode parecer contraditório que o personagem manifeste sua crença religiosa após a vinculação com elementos da esquerda brasileira que apregoavam o materialismo comunista. Sendo assim, faço questão de relembrar a idéia mencionada na introdução do trabalho, dando conta de que os militantes refletem no seu cotidiano a sua formação cultural, os seus valores éticos, etc. (GARCIA, 1997, p. 322).

Finalizando a carta, novamente Julio solicitou ao deputado informativos impressos, dessa vez um “Diário Oficial” de 1965, no qual constaria uma portaria sobre insalubridade. Enviou ainda em anexo uma cópia da moção de apoio que apresentou a favor do projeto do deputado no mês de abril.

<sup>68</sup> Arquivo pessoal. Resposta de Zaire Nunes a Julio Enes de Araujo. Brasília, 27 de Junho de 1968.

<sup>69</sup> Arquivo pessoal. Resposta de Zaire Nunes a Julio Enes de Araujo. Brasília, 27 de Junho de 1968.

<sup>70</sup> Arquivo pessoal. Resposta de Zaire Nunes a Julio Enes de Araujo. Brasília, 27 de Junho de 1968.

<sup>71</sup> Arquivo pessoal. Cópia de correspondência de Julio Enes de Araujo a Zaire Nunes, em 10 de Julho de 1968.

<sup>72</sup> Arquivo pessoal. Cópia de correspondência de Julio Enes de Araujo a Zaire Nunes em 10 de Julho de 1968.

Na réplica do deputado, datada de 18 de julho de 1968, ele enviou o “Diário Oficial” solicitado e lamentou a repressão sofrida pelos ferroviários, dizendo também que o “fato de ter imunidades parlamentares que, bem ou mal, vêm sendo respeitadas fazem sempre com que eu aja com cautela em tais casos, pois se a mim, de imediato, nada possa acontecer, o mesmo pode que não ocorra com aqueles que não tem tais imunidades”<sup>73</sup>.

O deputado tinha razão quanto àqueles que não possuíam imunidades. Estava certo igualmente quando expressou insegurança com relação às suas garantias como parlamentar. Talvez estivesse presentindo o fechamento do regime. Poucos meses depois, o AI-5 foi decretado. Zaire Nunes e mais vinte parlamentares tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos pelo período de dez anos por decreto do dia 16 de janeiro de 1969, publicado no “Diário Oficial” do dia seguinte.<sup>74</sup> Julio, provavelmente, perdia um importante ponto de apoio.

A comunicação entre o Vereador e o Deputado Federal gaúcho ocorreu entre os meses de junho e julho de 1968. No mês de agosto desse agitado ano, é possível identificar mais uma tentativa de Julio de garantir alguma tranqüilidade aos colegas de Ferrovia, dessa vez não como vereador, mas sim como mais um dos ferroviários que subscreveram e encaminharam uma correspondência ao Sr. Oscar de Araujo Rieira, “Representante Conselheiro da A.F.S.R.”. Datada de 23 de agosto de 1968, a carta assim inicia: “Os ferroviários, abaixo assinados, do núcleo de Dir. A. Pestana, dirigem-se por meio deste a V.S., afim de almejar-lhe êxito na missão que irás cumprir junto as autoridades da RFFSA (...) e solicitar-lhe que seja incluído (...) as reivindicações abaixo relacionadas (...)”<sup>75</sup> Mencionando leis, Julio Enes e seus colegas reivindicam para a categoria, gratificações, valores atrasados, insalubridades, reajustes e a “Retirada imediata de todos os interventores que ainda se encontram em algumas das entidades ferroviárias, como é o caso da cooperativa e da União dos Ferroviários Gaúchos – UFG.”<sup>76</sup>

A resposta veio em 5 de setembro de 1968. Item por item, o Sr. Oscar esclareceu a “Julio Enes de Araujo e Outros” a situação de suas reivindicações. Uma tramitava na Justiça, outra estava chegando através de aumento; enfim, a única notícia explicitamente negativa referia-se à intervenção interna que continuaria a ocorrer. Nesse sentido, o remetente informou

---

<sup>73</sup> Arquivo pessoal. Resposta de Zaire Nunes a Julio Enes de Araujo. Brasília, 18 de Junho de 1968.

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/VictorNunes/DadosDatas/006.pdf>>. Acesso em: 13 Novembro 2009.

<sup>75</sup> Arquivo pessoal. Cópia de correspondência coletiva a Oscar de Araujo Rieira. Diretor Pestana, 23 de Agosto de 1968.

<sup>76</sup> Arquivo pessoal. Cópia de correspondência coletiva a Oscar de Araujo Rieira. Diretor Pestana, 23 de Agosto de 1968.

que o “General Manta me disse que isso é uma decorrência da Revolução e que somente o Governo poderá levantar intervenção, nada podendo fazer a respeito.”<sup>77</sup>

Essas trocas de correspondências, somadas aos depoimentos de Julio, muito auxiliam no sentido de permitir a identificação das atividades desempenhadas pelo personagem, tanto no seu dia-a-dia de trabalho, quanto institucionalmente como político ou ilegalmente como militante de esquerda (independente do grupo ao qual estivesse ligado), desde sua transferência de Porto do Conde para Porto Alegre.

Julio conta que, após a prisão, os jovens trotskistas perderam força e dispersaram-se. No entanto, esses jovens parecem ter mostrado ao personagem uma visão de mundo que ele não conhecia. Após o contato com eles, Julio acabou identificando-se e atuando junto ao Partido Comunista Brasileiro. Aparentemente, uma das características em comum entre trotskistas e pecebistas era o fato de que se opunham à luta armada (RODEGHERO, 2007, p. 98). Analisando um artigo historiográfico que trata de grupos trotskistas no Brasil, aparentemente a opção pelo PCB não parece ter sido um destino comum aos militantes mais jovens que optaram por outras formas de atuação e de organização.

Angelo (2008)<sup>78</sup> fornece algumas pistas que me auxiliam na tentativa de compreender as opções dos jovens trotskistas atuantes nos anos 60. Esse autor informa que estudantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (mas também de outros estados) atuaram juntos nessa época. Alguns dos gaúchos seriam dissidentes do PCB e teriam migrado para o POC (Partido Operário Comunista) por volta de 1967. Uma das ações de militância de certos grupos trotskistas era a chamada “integração na produção”, a fim de aproximarem-se dos trabalhadores das fábricas, por exemplo, com metalúrgicos.

No caso de Julio Enes, é possível especular que o fato dos jovens terem ido até a Câmara de Vereadores para conversar com políticos ligados aos trabalhadores, e posteriormente terem realizado contatos com ferroviários de outras cidades, pode ter sido uma dessas formas de integração. Seja como for, na pesquisa de Angelo, nenhum desses jovens, com raízes na UFRGS e na UFMG, migrou para o PCB. O autor menciona que eles se reuniam em torno do jornal “Em Tempo”, opunham-se ao PC do B e à AP-ML. Tanto mineiros quanto gaúchos fundaram uma agremiação chamada “O.”, e mais tarde vieram a fundar a DS (Democracia Socialista), corrente que participou da fundação do PT.

---

<sup>77</sup> Arquivo pessoal. Resposta de Oscar de Araujo Rieira a Julio Enes de Araujo e Outros. Porto Alegre, 5 de Setembro de 1968.

<sup>78</sup> ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XIX., 2008, São Paulo. **História e memória dos trotskistas brasileiros nas páginas do *Em Tempo***. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vitor%20Amorim%20de%20Angelo.pdf>> Acesso em: 23 outubro 2009.

Desarticulado o grupo de estudantes, Julio Enes ligou-se ao PCB que talvez tenha conhecido através dos jovens trotskistas ou ao mesmo tempo em que atuava com eles. É isso que seu relato sugere. Vejamos:

“a partir do momento que a gente foi preso, o grupo meio se dispersou, porque outros também foram presos noutros lugar, alguns daqueles que vinham não era daí, eram de outros estados, não veio mais. A gente ainda teve contato com um ou outro, mas aí a orientação que eu passei a ter, aí eu já to mais filiado (...) vinculado ao PCB do que outra coisa (...) e com o grupo do PCB nós também discutia isso aí. (...) mas aí já agora... quando... só eu fui me ligar diretamente com o grupo do PCB a partir da prisão de Santa Maria (...) até ali era com os trotskistas que eu tava ligado (...) aí os trotskista meio desapareceram e não tinham mais aquele grupo que a gente discutia. E até porque também tinha um detalhe. Eles falavam as coisas assim, mas as reuniões não eram aquelas reuniões assim com o PCB. A gente passou a fazer reuniões, e aí a diferença, com pessoas de mais... com jovens também, mas com pessoas de mais idade, com aquelas experiências que tinha, o falecido Ary Saldanha, com homens assim que já tinham passado por outras etapas da revolução, que eram bem mais velho do que nós e que nos passavam essas informações”.<sup>79</sup>

Com o que foi brevemente exposto sobre os grupos trotskistas, juntamente com o depoimento citado acima, o que aparentemente explica a opção de Julio pelo PCB é o fato de que, nessa agremiação, ele encontrou pessoas com uma faixa etária semelhante a sua (ou mais velhos), os quais, na sua visão, tinham mais experiência política. Em 1968, o personagem contava 43 anos, era casado e tinha pelo menos duas filhas. É possível que a atuação junto aos jovens fosse dificultada pela pouca disponibilidade para se doar às causas revolucionárias, pelo menos da maneira como eram idealizadas pelos estudantes. Entre os membros do PCB, pessoas mais experientes, na vida e na luta política, se faziam presentes e Julio pode ter tido aí uma identificação e segurança maiores. Ele relata que seu grupo fundou uma “célula” em Diretor Pestana e que prosseguiu realizando reuniões, nas quais recebiam orientação de comunistas mais experientes como Ary Saldanha que ele refere como sendo um “mestre nessa área”.<sup>80</sup> Ainda sobre esse personagem, Julio afirma que:

“Ele fazia um trabalho de orientação (*procura papéis, mas não encontra*) (...). O Ary era um elemento que atuava no Partido. Ele tinha uma experiência enorme. Então ele, ele era uma pessoa que tinha bastante tática, bastante técnica pra isso. Ele marcava os lugar pra gente se encontrar. Na hora certa ele estava ali, ele sempre tinha bastante explicação, bastante orientação. Uma vez, quando eu tava fazendo ainda parte do pessoal dos trotskistas, ele chegou e disse pra mim: ‘olha tu ta que nem um cara que deixa caído no chão e cada um quer te levantar, um te puxa pelas pernas, o outro te puxa pelos braços, tem que ver isso aí e tal’. Mas aí eu, já era um período que a gente tava, naquele momento tava... meio enfraquecida o setor que era dos trotskista. Não era por ser trotskismo, é que eu (...) a minha ligação com aquele grupo é porque foi ali que eu conheci, que eu encontrei a base. E aí tenho até que te

<sup>79</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

<sup>80</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.



dizer uma coisa: o próprio Partido Comunista era muito reservado, eles não procuravam a gente (...)"<sup>81</sup>

Segundo a posição que definiu para si, o PCB surgiu como a alternativa mais adequada: “(...) todas as pessoas que têm por base o materialismo dialético, eles têm posição definida. O que é preciso fazer, quando fazer e como fazer as coisas. E isso era a orientação que nós tínhamos e que eu consegui aprender bastante nela e continuo tendo ela na minha mente.”<sup>82</sup> O que transparece nesses últimos relatos do personagem é que os princípios pregados pelos comunistas do PCB deram mais certezas a ele. A doutrina que conheceu, primeiro com os estudantes e depois com o PCB, forneceu a Julio os conceitos para expressar sua posição (e sua indignação) com maior segurança. Em seu depoimento, inclusive, ele parece diferenciar a nova orientação ideológica que conheceu daquela emanada do PTB, classificando a primeira como “de esquerda”. Ouçamos suas palavras a fim de melhor compreendermos o impacto dessas novas idéias nas concepções políticas do personagem:

“(...) orientação partidária eu só fui ter a partir do momento que passei a fazer parte (...) dos partidos de esquerda. O Partido Trabalhista nunca (...) não é que não fossem boa gente, nunca deram aula, nunca chamaram pra dizer ‘olha tu tem que fazer isso e aquilo’, agora já no Partido (...) quando eu passei a conviver com os estudantes de esquerda, gente da tua idade pra menos ... nós passamos ... até pra entender uma coisa, pra ti ver como é que era o grau de importância: quando eu me elegi vereador a primeira vez, as vezes eu queria me posicionar com relação a uma notícia da imprensa lá do Rio, de São Paulo ... e eu não tinha muita certeza qual é ... se eu deveria estar daquele lado ou não ... ficava na dúvida (...). Ainda hoje tem muita gente que tem esse atraso que eu tinha nessa parte, eu vou explicar porque. Então eu ficava na dúvida (...) quando eu passei a conviver com os rapazes, os estudantes, que essa gente me ensinaram muito, eles eram da faculdade (...) nós discutia naquele tempo era a guerra do Vietnã, e passávamos a discutir os EUA, o Vietnã, a China, o Brasil ... a minha mente se abriu. Eu passei a entender o que é que é, porque que é. Essa situação da miséria o que é que fazia (...) eu não tinha esse conhecimento (...). Então eu passei a ter uma clareza ampla, passei a entender o porque das misérias, o porque dessas coisas e qual era o papel que a gente tinha que realmente defender com consciência (...) aí eu já sabia qual era o lado que eu estava (...) porque que eu estava do lado daquilo (...).”<sup>83</sup>

Diante do colocado, o que fica mais visível é que os estudantes trotskistas seguiram um caminho e Julio Enes seguiu outro. Pandolfi (1995, p. 10), historiadora e ex-militante nos “anos de chumbo”, em sua pesquisa sobre o PCB, afirma que ela se incluía “entre aqueles muitos jovens brasileiros da ‘geração de 1968’, que achavam que o PCB havia perdido o bonde da história”. Parece que o PCB atraía mesmo os militantes mais velhos, embora Julio afirme que também havia jovens no Partido. Isso também não significa igualmente que as outras

<sup>81</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

<sup>82</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

<sup>83</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

agregações fossem compostas somente por estudantes. A questão é que as posições defendidas pelos tradicionais comunistas ao longo do tempo não mais agradaram boa parte da esquerda brasileira a partir dos anos 1960. A forma pela qual se realizaria a revolução, por exemplo, era um importante ponto de divergência que provavelmente gerava dissidências.

Eram tempos realmente agitados. Resguardadas as devidas diferenças entre a politização de operários e de estudantes, esse capítulo parece confirmar o que Sandra Pesavento (2003, p. 30) assinalou sobre o período, com a autoridade de historiadora e a experiência de quem, assim como Pandolfi, viveu a época como estudante: “era impossível não ser politizado. Era uma questão de dignidade, de postura. Nós e os outros. Os politizados e os alienados (...)”. Não era apenas o Brasil que vivia um regime de exceção e vários locais do planeta estavam em efervescência política e comportamental. Como muito vem se debatendo no meio historiográfico, 1968 parece ter sido o ápice dessa ebulição: o Maio francês, a Primavera de Praga, o movimento negro, as feministas, os *hippies*, dentre outros grupos e manifestações que foram moldadas conforme as realidades locais, “sacudiram” as estruturas e concepções vigentes. Abreu (1998, p. 16) considera o movimento militar de 1964 e seus desdobramentos, como o AI-5, os acontecimentos fundadores da geração dos “anos de chumbo”. Na lógica sugerida pelo arquivo e pelo relato de Julio Enes, esses acontecimentos fundaram mais um dos pilares que sustentam a reconstrução de sua trajetória como militante, iniciada com a morte de Getúlio Vargas.

O personagem central desta monografia não ficou imune a tanta agitação. Esse trabalho já forneceu indícios de que, naquele momento final da década de 60, o cotidiano de um trabalhador ferroviário era cercado de incertezas quanto à manutenção de seus direitos, o que tornava o ambiente, não raro, tenso. Há, inclusive, registros de ferroviários tendo que prestar conta de suas atividades sindicais à repressão (RODEGHERO, 2007, p. 87). Dependendo da conjuntura, as dúvidas aumentavam ou diminuíam. O certo é que elas estavam sempre por perto, pelo menos desde a crise vivida quando do início da “Era JK” (contexto já explorado no capítulo anterior). Com Brizola no governo do Rio Grande do Sul, os direitos adquiridos pelos ferroviários ao longo de vários anos foram garantidos, ao menos temporariamente. Quando a ditadura se instalou no país, a laboriosa “classe” ferroviária passou a ter seus benefícios colocados em jogo novamente, além de ver restringida a sua livre atuação devido à presença, no interior da VFRGS e das entidades de classe, de interventores militares. Pelo menos é o que insinuam os depoimentos de Julio e as correspondências contidas em seu arquivo.

Reuniões clandestinas, panfletagens com o mesmo caráter, trabalhos de orientação em pólos de concentração de trabalhadores ferroviários (e provavelmente também de outras

categorias), atuação como político junto à Câmara Municipal, convenções do MDB, ao qual se ligara (ao que tudo indica, por ser a única opção de oposição legal possível), mobilizações para recolhimento de assinaturas em prol de diferentes iniciativas (apoio a representantes e elaboração de um “memorial”, por exemplo), dentre outras atividades que possivelmente existiram e que não foram registradas no material disponível, compunham o cotidiano de Julio Enes. Frente a tantas ações, não se pode perder de vista que ele também possuía uma família e que, diariamente, saía de Canoas para trabalhar na Capital.

Quais dessas atividades são passíveis de serem caracterizadas como excepcionais, no sentido de serem não-cotidianas, e requerem uma concentração e homogeneização de habilidades e energias? Sejam quais forem, elas se refletiam no cotidiano do personagem. Sua atividade mais regular era, aparentemente, a que envolvia o percurso casa-trabalho. Porém, em Diretor Pestana, sua atenção não raras vezes se concentrava na política e na militância. Por exemplo, se colhia assinaturas, durante e/ou depois do trabalho, é presumível que arquitetasse boa parte da “empreitada” enquanto trabalhava, mesmo que a ação tivesse sido definida em alguma reunião após o expediente ou num final de semana. Afinal, era preciso planejá-la e adaptá-la aos ritmos do dia-a-dia. É possível fazer uma série de especulações desse tipo. Mas, se o cotidiano é a vida de todos os dias, do automático, do repetitivo; se é o lugar tanto da alienação quanto da resistência, quais das atividades assumidas por Julio Enes poderiam ser caracterizadas como cotidianas e quais seriam as não-cotidianas, e, ainda, como elas se relacionam? Difícil problema teórico, já identificado por Petersen (1994, 112-125) ao analisar obras de diferentes estudiosos sobre o tema “cotidiano”. Como já citado anteriormente, Heller (1992, p. 32-33) afirma não existir “nenhuma ‘muralha chinesa’ entre a atividade cotidiana e a práxis não-cotidiana ou pensamento não-cotidiano mas existem infinitos tipos de transição.” A única certeza é a de que, tomando o cotidiano como conceito analítico e não apenas como pano de fundo, emergem diferentes práticas realizadas pelos indivíduos que podem auxiliar na interpretação tanto de suas ações quanto da sociedade na qual vivem e reproduzem-se.

Não tenho, obviamente, a pretensão de resolver esta questão. Apenas ressalto, atentando para os limites do meu objeto de pesquisa, que, como eu já vinha observando, a vida de Julio Enes parece ter transcendido o automatismo cotidiano por alguns momentos, sobretudo quando concentrou seu tempo e suas energias em uma atividade que pode ser considerada “humano-genérica”: a militância e a elaboração política. Contudo, conforme a precedente observação de Heller, supõe-se que, dependendo da ação, essa suspensão não chegasse a se constituir em um rompimento do cotidiano. Do momento em que iniciava seu trabalho diário até o final do expediente, os automatismos se misturavam com seus ideais de luta e conquista de direitos.

Talvez, tais lutas e ideais tenham permitido que ele vivesse o dia-a-dia de forma mais livre e menos alienada.

Se, no princípio, suas preocupações se identificavam quase que exclusivamente com os problemas de sua categoria, parece muito claro que, após o contato com elementos de um setor da esquerda brasileira, seu pensamento, sem abandonar as questões anteriores, rompeu com as fronteiras do âmbito circunscrito do trabalho e passou a tomar feições mais amplas, incluindo a reflexão sobre o destino, não apenas dos trabalhadores brasileiros, mas de toda a humanidade. É neste sentido que podemos falar de momentos de suspensão do automatismo da vida diária.

Afirmei anteriormente, e procurei demonstrar no decorrer do capítulo, que os anos de 1964 até 1973 foram de grande apreensão e incerteza para os ferroviários, o que se refletiu no dia-a-dia de trabalho, tanto mais para aqueles que, como Julio, eram militantes. Para a década de 1970, existem poucas fontes, as quais foram obtidas nos jornais e outros documentos guardados pelo personagem. Essas podem indicar algumas das atividades às quais ele se dedicou durante o referido período.

Em sua entrevista ao Memorial da Justiça do Trabalho, Julio, por diversas vezes, deu a entender que o governo militar, além de perseguir certos ferroviários por “subversão”, promovia igualmente um cerco aos direitos desses trabalhadores. Diante deste quadro, pode-se constatar que o personagem prosseguiu, durante os anos de 1970, acompanhando as questões relativas à sua categoria e lutando por seus direitos. No seu acervo, por exemplo, encontram-se reportagens que tratam da decadência das ferrovias brasileiras e de questões relativas aos servidores públicos em geral; uma cópia de nota taquigráfica da Assembléia Legislativa gaúcha, datada de 24 de abril de 1975, na qual deputados debateram os procedimentos adotados pela direção da RFFSA no sentido de “devolver” ao Estado aqueles trabalhadores que não optassem pelo regime da CLT; e duas páginas datilografadas de quando ele cursava um supletivo em 1977, ano de sua aposentadoria, contando então com 52 anos de idade (lê-se ao final desse documento: “Transcrito do Polígrafo nº 3, Português Literatura, Supletivo 2º grau (...)”); a transcrição é de um artigo intitulado: “COMPARAR TREM COM ONIBUS, UMA COVARDIA”).<sup>84</sup> Novamente, ganham destaque o seu acompanhamento dos problemas que tocavam os ferroviários e sua vontade de aprender.

Na entrevista a mim concedida, sem mencionar os motivos, nem precisar a época, Julio afirma ter sido detido novamente, dessa vez pela Delegacia da Ordem Política e Social

---

<sup>84</sup> Arquivo pessoal. Transcrição de Polígrafo escolar. Porto Alegre, 3 de Novembro de 1977.

(DOPS). Isso pode indicar que ele continuou militando clandestinamente, mesmo fora das esferas oficiais do poder. Ele relata:

“(...) o cara era contra, e muitos companheiros foram torturados. Eu não fui felizmente, eu fui torturado psicologicamente. Mas torturado ... isso aqui no exército, agora eu tive prisões no DOPS também. (Entrevistador: O Sr. foi preso mais de uma vez?) Fui preso mais de uma vez. Fui preso pelo DOPS aonde fui mais mal tratado, no exército não foi tanto (...) o exército existia. O pessoal do exército tiveram um comportamento rígido e tal. Mas eu não posso falar mal que me maltratassem (...) no DOPS não, no DOPS eles procuravam, inclusive ... não chegaram a bater em mim talvez por pouca coisa, mas a vontade deles era me massacrar (...)”<sup>85</sup>

Apesar de ter enfrentado nova situação de prisão e fortes pressões psicológicas, ou talvez por causa disso, a atuação política de Julio Enes, aparentemente, passou a ser, de forma gradual, menos intensa. Em um plano mais amplo, essa perda de intensidade pode ter ocorrido devido ao fechamento do regime após o AI-5 e à euforia que tomou conta de amplos setores da sociedade brasileira em função do “milagre econômico” (“milagre” que teve como uma de suas bases, justamente, o “arroxó” dos trabalhadores). Com possibilidades de atuação muito reduzidas diante da intervenção dos militares no interior das organizações ferroviárias, e impossibilitado de concorrer a cargos eletivos porque Canoas era área de segurança nacional, Julio aparentemente arrefeceu na luta. A abertura do regime, no entanto, deu novo ânimo ao ferroviário que, mesmo aposentado, voltou à cena.

---

<sup>85</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

## 5 O ferroviário se aposenta. O militante não.

Julio Enes aposentou-se como ferroviário em 1977. Como foi o seu cotidiano a partir de então? Após quase 30 anos de Ferrovia, militância e política partidária, é difícil imaginar que um homem de pouco mais de 50 anos fosse romper com hábitos, ideais e afetos cultivados durante tanto tempo. Presumo que a atuação política tenha feito com que a transição do cotidiano do Julio trabalhador “na ativa” para o cotidiano do Julio trabalhador aposentado ocorresse de forma menos traumática. Ele voltou a concorrer e a eleger-se. Afirma ter sido convidado por um amigo a frequentar reuniões de caráter político em Sapucaia. Acabou por mudar-se para essa cidade e a concorrer à vereança local, como ressalta no seguinte trecho de sua entrevista:

“(...) quando eu fui pra lá [Sapucaia], que aí me aposentei e fui morar lá, aí fundamos o PMDB, eu fiquei como segundo vice presidente na fundação do PMDB e depois quando foi (...) foi 79, 80, coisa assim .. quando foi em 82 (...) eu concorri a vereador e aí já era (...) PMDB (...). Mas quando eu concorri a vereador pelo PMDB (...) eu era do Partido ... Comunista(...)”.<sup>86</sup>

Julio prosseguiu discorrendo sobre a fundação do PDT, paralela a do PMDB. Ele teria se sentido inclinado a ingressar no PTB, mas devido à querela envolvendo Ivete Vargas e Leonel Brizola em torno da sigla, somada à influência de seus amigos que insistiram para que escolhesse o PMDB, acabou optando por essa última legenda, embora ainda fosse ligado ao PCB, que voltaria à legalidade somente em 1985.

Em 1987, Julio pôde expressar publicamente sua preferência partidária pelo Partido Comunista, atuando legalmente no “24º Encontro Nacional de Vereadores”, ocorrido em Natal, Rio Grande do Norte. Neste encontro, ele fez uma proposição oficial “no sentido de que o Governo Federal através dos Órgãos Competentes (...) destine VERBA necessária para a construção e implantação do TRENSURB, trecho compreendido entre Sapucaia do Sul, e Novo Hamburgo (...)”.<sup>87</sup>

A década de 1990 trouxe novas preocupações aos ferroviários. Eles eram poucos numericamente se comparados aos quase vinte mil de outrora. Mesmo assim, ainda havia aqueles que, como Julio, seguiam lutando em prol da categoria. Em 1991, representando a “Frente Popular – PT – PCB”, Julio enviou um “requerimento verbal” ao Presidente da Câmara de Vereadores de Sapucaia. Esse documento dá a impressão de ser uma das últimas tentativas

<sup>86</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em Outubro de 2009.

<sup>87</sup> Arquivo pessoal. Proposição protocolada pelo Vereador Julio Enes de Araujo em Natal (RN), Novembro de 1987.

do personagem de “salvar” as ferrovias brasileiras. Como indicado por seu próprio acervo de reportagens, a “era das privatizações”, que assolou o Brasil na década de 1990, se aproximava, com muitos debates nos meios parlamentares. Diante dessa conjuntura, assim ele se posicionou no requerimento:

“O Vereador que este subscreve, requer à Mesa (...) seja Oficiado ao Sr. Superintendente Regional da RFFSA-SR-6, em Porto Alegre, com cópia ao Sr. Presidente da RFFSA, solicitando dessas autoridades:

1) Que não façam a extinção de nenhum trecho ou ramal da RFFSA-SR-6 (...) pois como ferroviários que somos, estamos atentos a importância da nossa ferrovia e aos interesses da classe ferroviária como um todo”.<sup>88</sup>

Ou seja, Julio, mesmo aposentado, considerava-se parte da “classe ferroviária” e lutava por seus interesses.

Ainda neste item, o ferroviário critica o Presidente da República (à época, Fernando Collor de Mello) que afirmava querer elevar o Brasil à condição de Primeiro Mundo mas que, no entanto, estava extinguindo ramais quando deveria expandi-los, como acontecia nos países desenvolvidos. Para corroborar seu argumento, lançou mão de dados estatísticos comparativos entre o Brasil e os EUA, provavelmente extraídos de uma revista de seu arquivo, os quais evidenciavam que o primeiro possuía o equivalente a 6% da malha norte-americana.

No item número 2 o personagem segue com seu apelo:

“Fala-se também em privatização da RFFSA, Entendemos nós, ser esta uma medida prejudicial aos trabalhadores e aos interesses nacionais, ao progresso e ao desenvolvimento e expansão da RFFSA, por isto, solicitamos a V. S<sup>a</sup>, que não aceite e não permita a privatização da nossa ferrovia, seja sob a alegação que for, pois consideramos a privatização, como TRAIÇÃO AO BRASIL.”<sup>89</sup>

Não obstante seus esforços, em 1996 a RFFSA foi privatizada. A América Latina Logística (ALL) venceu a disputa pela concessão da malha ferroviária brasileira.

Mais uma vez, o destino do transporte ferroviário brasileiro ocupou as preocupações de Julio Enes que, com maior flexibilidade de ação no seu cotidiano, devido à situação de aposentadoria, provavelmente pôde dedicar mais tempo a alguns hábitos adquiridos durante sua trajetória, fazendo deles parte de sua luta. Com data de 10 de fevereiro de 1995, há um documento de seu acervo pessoal (que, no entanto, pode ter sido produzido noutra época, mas que estava sendo novamente evocado), no qual consta a quantidade de trabalhadores da

<sup>88</sup> Arquivo pessoal. Requerimento Verbal. Sapucaia, Novembro de 1991.

<sup>89</sup> Arquivo pessoal. Requerimento Verbal. Sapucaia, Novembro de 1991.

VFRGS em 1959, que totalizava 15.497 pessoas distribuídas em mais de setenta cargos<sup>90</sup>. Em documento semelhante de 7 de maio de 1996, registra-se o número de empregados a partir de 1957 até 1990 em intervalos não regulares. No final dos anos 50, a ferrovia contava com 17.252 trabalhadores e, em 1990, existiam apenas 5.738<sup>91</sup>. A produção desse tipo de documento (e seus depoimentos) mostra que as práticas de escrita e leitura continuaram ocupando um espaço substancial no cotidiano do personagem, agora devido ao retorno à função anteriormente desempenhada (como Vereador). Mostra também que ele continuava atento às grandes discussões político-econômicas brasileiras (e mesmo internacionais), em especial aquelas que diziam respeito aos ferroviários.

Não conseguindo impedir a privatização da Rede Férrea, sua grande batalha nesse período, aparentemente Julio abandonou o campo da política partidária. O último registro no qual se observa a sua atuação como Vereador é precisamente o requerimento de 1991 supramencionado. Entre 1982 e 1989, ocorreram cinco eleições de âmbito municipal<sup>92</sup>. Não possuo a informação do ano em que findou seu último mandato, mas é possível que, entre as datas mencionadas, Julio tenha concorrido duas vezes. Em 1992, o PCB foi oficialmente extinto, o que, suponho, deve ter se constituído em um duro golpe para o personagem. As entidades de classe, primeiras organizações das quais ele participou quando de sua entrada na VFRGS, abrigam-no até hoje, especificamente o Sindicato (Sindifergs) e a Associação dos Aposentados (AFARGS). Além disso, ele atua na Associação de Moradores de um bairro de Sapucaia, embora tenha retornado à Canoas.

Na qualidade de membro do Conselho de Representantes, Julio Enes enviou ao Presidente da AFARGS, João Edson M. Paz, em 28 de dezembro de 1999, “a documentação referente a Decretos, Leis, Portarias, e Tabelas salariais dos Ferroviários”. Ele datilografou 36 itens desde 1952 até 1993. O de número 17, que trata do Decreto Lei de 4 de abril de 1966, “que o apelidei de ‘Bomba Atômica’ sobre os direitos dos ferroviários”,<sup>93</sup> chama a atenção por, aparentemente, ser mais um dos marcos de sua vida, um daqueles acontecimentos que ficaram marcados na sua memória como ponto de referência sobre o qual ele reconstrói sua trajetória. Suponho isso porque, tanto nas entrevistas como em conversas informais, ele retomou freqüentemente esse evento através do apelido – “Bomba Atômica” – que, de tão marcado,

---

<sup>90</sup> Arquivo pessoal. “Relação do Pessoal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Boletim do Pessoal nº 18, de 20.07.59”

<sup>91</sup> Arquivo pessoal. “Quadro do Pessoal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul”.

<sup>92</sup> Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>> Acesso em: 13 novembro 2009.

<sup>93</sup> Arquivo pessoal. Correspondência ao Engenheiro João Edson M. Paz. Sapucaia, 18 dezembro 1999.



talvez o auxílie como suporte de memória – assim como seu arquivo – na evocação e na organização do passado, pilar de sua identidade presente.

As reportagens de diferentes periódicos de seu acervo, no recorte cronológico analisado nesse capítulo, tratam de questões variadas, confirmando seus interesses anteriores, mas com alguns acréscimos. Sua atenção seguiu direcionada a todas as questões que envolvessem estradas de ferro, tais como curiosidades históricas, turismo, crônicas, colecionadores, fotos de trens antigos e do Museu do Trem. Também há matérias e reportagens sobre os aposentados, grupo em relação ao qual, por razões óbvias, ele destinou um acompanhamento contínuo. Por exemplo, existem cinco notícias (quase todas do “Jornal do Vale dos Sinos”) que acompanham uma disputa judicial ocorrida no Rio de Janeiro na qual o INSS foi obrigado a conceder um reajuste de 147% aos aposentados. As reportagens iniciam-se em outubro de 1991 e finalizam em janeiro de 1992<sup>94</sup>. Para questões como estas, relativas à Previdência, e também às privatizações, há muitos recortes da década de 1980 até os anos 2000. O personagem igualmente acompanhou a implantação do Trensurb, tanto por meio dos jornais quanto na Câmara de Vereadores, como foi indicado acima. Há também reportagens dando conta da decadência e do abandono das ferrovias. A questão ideológica está presente, por exemplo, em um exemplar do “Correio do Povo” de 1981. Dentre as muitas matérias apresentadas pelo periódico, consta a transcrição de um debate sobre capitalismo e socialismo, ocorrido na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre os deputados Jarbas Lima e Américo Copetti.<sup>95</sup> Por sua trajetória engajada, é possível supor que Julio tenha lido com interesse os argumentos dos dois contendores e torcido pelo “lado” socialista. Frente a tudo que se apresentou até aqui, levantei essa possibilidade, destacando o referido debate, embora na mesma página da seção do jornal dedicada à política constem outras reportagens.

Embora existam fotografias de família e outras recordações pessoais no acervo, tanto as entrevistas quanto o arquivo sugerem que o personagem estabelece uma imagem de si, para si e para os outros, pautada na sua vida pública.<sup>96</sup>

Mesmo com a continuação da militância em diferentes âmbitos após a aposentadoria, é de se supor que, aos poucos, Julio foi dispondo de mais tempo livre para se dedicar a outras atividades que lhe compraziam, como escrever. Aliás, algum tempo livre é necessário para a elevação do “homem inteiro” ao “inteiramente homem”. Conforme Heller (1992, p. 17), o

---

<sup>94</sup> Arquivo pessoal. *Jornal do Vale dos Sinos* e outros. Recortes diversos.

<sup>95</sup> Arquivo pessoal. *Correio do Povo*. Abril de 1981, p. 10.

<sup>96</sup> Considerações sobre a forma pela qual a memória auxilia na constituição da identidade dos indivíduos encontram-se em: POLLAK (1992), p. 200-212. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> Acesso em: 23 outubro 2009.

“homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos [de sua personalidade]; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade”.

É possível, então, que tenham aumentado suas *possibilidades fáticas* de desenvolvimento individual, após o final de suas atividades como escriturário. Atualmente, além das funções exercidas no Sindicato, na AFARGS e no trabalho comunitário, Julio prepara-se para editar um livro de forma independente: trata-se de uma genealogia de um dos ramos de sua família. Ele afirma ter mais de 1.600 folhas escritas que estão sendo revisadas junto com seu neto, para posteriormente encaminhá-las à publicação. Um trabalho como esse, que exige tempo, pesquisa e concentração, talvez possa significar também uma atividade excepcional (em relação à rotina diária), pois envolve a homogeneização de habilidades e energias a favor de um objetivo, possibilitando a elevação da particularidade e a tomada de consciência da individualidade e da genericidade humanas, permitindo a obtenção de ganhos de consciência e o retorno à vida cotidiana com um entendimento mais amplo da sociedade.

Sobre este ponto, alguém poderia se perguntar: “Mas e o cotidiano de quem escreve um livro? Escritores viveriam, portanto, fora da vida cotidiana?” Heller novamente fornece elementos para responder questionamentos como esse. Vejamos:

“A homogeneização [dos diversos aspectos que constituem a personalidade do indivíduo] em direção ao humano-genérico só deixa de ser excepcional, um caso singular, naqueles indivíduos *cuja paixão dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando têm a capacidade de realizar tal paixão (...)*. De resto, a respeito do grande estadista, do revolucionário profissional, do grande artista, do grande cientista, deve-se afirmar que não apenas sua paixão principal, mas também seu *trabalho principal*, sua *atividade*, promovem a elevação ao humano-genérico e a implicam em si mesmos. Por isso, para tais pessoas, a homogeneização em ‘homem inteiramente’ é elemento necessário de sua essência, de atividade básica de suas vidas.

Mas não se deve esquecer que o artista, o cientista, o estadista não vivem constantemente nessa tensão. Possuem também, como todos os outros homens, uma vida cotidiana; o particular individual manifesta-se neles tal como nos demais homens. Tão-somente durante as fases produtivas essa particularidade é suspensa; e, quando isso ocorre, tais indivíduos se convertem, através da mediação de suas individualidades, em representantes do gênero humano, aparecendo como protagonistas do processo histórico global.” (HELLER, 1992, p. 28-29).

Concluindo, ressalto que, neste capítulo, procurei demonstrar que, ainda no presente, Julio não se desvinculou de parte da cotidianidade na qual viveu o maior tempo de sua existência. O personagem conduziu sua vida de forma a não romper com afetos, ideais e costumes cultivados durante anos. A aposentadoria, que talvez pudesse isolá-lo do grupo com o qual partilhava hábitos e experiências, não foi obstáculo para que ele continuasse a viver seu

dia-a-dia com os menores impactos possíveis, no que se refere a comportamentos, procedimentos e práticas sociais diversas. Ele prosseguiu trabalhando como “membro da classe ferroviária”, em especial como um militante que luta pelos direitos dessa “classe” e – por que não? – dos trabalhadores brasileiros.

## 6 Considerações finais

Gostaria de verificar agora até que ponto os objetivos apontados na introdução da presente monografia foram alcançados.

Primeiramente, considero que o **objetivo geral** estabelecido foi parcialmente atingido. Menciono-o novamente: **descrever e analisar o cotidiano de um trabalhador e militante político e produzir uma nova fonte** que poderá contribuir para a ampliação das perspectivas de estudo na área da história do trabalho, em especial das pesquisas sobre o movimento operário, os trabalhadores ferroviários e a militância política. Este trabalho também vem se juntar àqueles dedicados ao estudo do funcionamento da memória e do estabelecimento de identidades.

Pois bem, como pode ser facilmente verificável ao longo do trabalho, a narrativa e a análise estão predominantemente centradas na vida cotidiana do ferroviário e militante político Julio Enes. O cotidiano – ou seja, o espaço do automático, da repetição, a vida de todos os dias – desse indivíduo foi exposto e examinado, sobretudo no que tange à sua militância partidária ou classista (levando-se em conta que, na maioria das vezes, essas são indissociáveis) e menos no que diz respeito ao trabalho e à vida privada (mesmo que essa última tenha, seguidamente, se confundido com a vida pública, conforme apontarei novamente mais abaixo). Sendo assim, uma reconstrução parcial da órbita de seu cotidiano, centrada majoritariamente entre os anos de 1950 e 1990, foi, ao menos em parte, efetivada, como previsto no objetivo acima mencionado.

Outros aspectos de sua vida diária não foram analisados, ou o foram de forma superficial, devido ao pouco tempo disponível e à natureza das fontes pesquisadas. Por outro lado, tais fontes (em especial aquelas que compõem o seu arquivo pessoal) foram investigadas não apenas como documentos reveladores de seus hábitos, interesses e atividades realizadas durante a vida, mas também como suportes onde apóia sua memória e, por conseqüência, sua identidade.

Focar a análise no cotidiano também contribuiu para revelar fragmentos de práticas do personagem, como o costume da leitura e da escrita, que embasou muitas de suas decisões e projetos. Situações vivenciadas pela categoria profissional à qual Julio pertencia, como os conflitos entre diferentes setores de trabalho (“burocracia” *versus* “operários”), também foram expostas a partir do prisma do cotidiano.

Quanto à produção da fonte, acredito que o objetivo foi plenamente alcançado, já que preparei, realizei e degravei uma entrevista com o personagem que pode servir de base

empírica para outras pesquisas. Dessa forma, creio que consegui atingir um melhor conhecimento das possibilidades e dos desafios da história oral.

Além do objetivo geral, tracei igualmente alguns **objetivos específicos**, dos quais procurei dar conta durante a narrativa através da análise de algumas situações vivenciadas por Julio Enes. Tendo agora finalizado a reconstrução de sua trajetória, percebo o quão audaciosos foram esses objetivos. Vamos a eles.

**Primeiro: perceber os momentos em que o personagem analisado rompe a cotidianidade e toma consciência da separação entre o singular e o genérico no mundo que o cerca, em outras palavras, os momentos em que ele se torna “inteiramente homem”.**

Busquei detectar alguns destes momentos de ruptura com a imediatez da vida diária, mas sempre os indiquei apenas como possibilidades, já que as fontes investigadas não permitiram realizar afirmações mais peremptórias nesse sentido.

Assim, quando realizava a produção de um memorial para embasar seus argumentos ou quando se dedicava a colher assinaturas em favor das causas da “classe ferroviária”, práticas que emergiram nas fontes consultadas, é bem provável que ele homogeneizasse habilidades e energias, suprimindo, ao menos temporariamente, a heterogeneidade que caracteriza a vida cotidiana. De qualquer forma, é muito difícil afirmar com certeza que tenha ocorrido, na sua trajetória, uma “completa suspensão do particular-individual”, pois “a transformação em ‘homem inteiramente’, é algo totalmente *excepcional* na maioria dos seres humanos” (HELLER, 1992, p. 28, grifo da autora).

**Aprender as apropriações que esse militante fez das idéias pregadas pelas agremiações das quais participou para, dessa forma, justificar suas opções ideológicas** foi o segundo objetivo específico proposto, e mais uma vez, à distância, ele me parece um tanto pretensioso, sobretudo para um graduando em História. De forma mais modesta, faço algumas indicações nesse sentido.

Julio lembrou que, no PTB, nunca recebeu orientação ideológica sistemática, como ocorreu, mais tarde, no Partido Comunista: “nunca deram aulas”, disse ele. O que se percebe, no seu discurso, no que tange à apropriação que ele fez das idéias trabalhistas, é a defesa difusa dos direitos do trabalhador brasileiro em nome de um nacionalismo também pouco definido. A “fonte” de seu trabalhismo – talvez mais emocional do que intelectual - seria a carta testamento de Getulio Vargas:

“Com a morte do Getúlio, e com a carta do Getúlio, ficou aquilo quase como uma recomendação pra quem fosse trabalhador ficar perto do Getúlio, é uma carta muito bonita (...) a carta aquela fala algo que, que realmente nos prejudicava, o que faziam conosco, não só na área trabalhista como na área dos interesses internacionais neste país com a exploração. Então quem tivesse oposto aquilo tava sendo, além de solidário com seus colegas de trabalho, defensor dos interesses da pátria. É assim que eu vejo. Eu vi e vejo... e embora outros partidos também pudessem ter esse interesse, mas o P... o PDS (*refere-se ao PSD*) aquele não tinha, era um partido mais do grupo da chamada ‘classe dominante’.”<sup>97</sup>

Ou seja, sua apropriação das idéias trabalhistas, a partir de um vínculo simbólico de lealdade a Getúlio, passou a ser o eixo que o orientou, durante parte de sua vida, na defesa dos interesses de sua categoria. Na medida em que sua atuação no campo da política partidária foi crescendo, tal nacionalismo não muito bem definido passou a não ser mais suficiente para a sua militância. Nesse sentido, ele afirmou não sentir segurança quando desejava posicionar-se, na Câmara de Vereadores de São Jerônimo, em relação a fatos da política nacional. Ao tomar contato com os trotskistas e com os militantes do PCB, Julio Enes conheceu, mesmo que de forma fragmentada, novas teorias explicativas da realidade e essas passaram a ser usadas como justificadoras de suas ações e posicionamentos. Além da fiel crença em seus direitos, Julio passou a confiar, com “segurança científica”, na teoria marxista, a ponto de valer-se de vários de seus conceitos – como “classe dominante”, “luta de classes”, “consciência de classe” e “materialismo dialético” – até os dias de hoje. Reafirmo que isso não significa um conhecimento profundo da referida teoria, mas sim o uso cotidiano de algumas de suas categorias-chave como orientadoras de sua visão de mundo.

**Buscar perceber se o público e o privado se relacionavam no cotidiano da militância e, caso afirmativo, apreender como e em quais momentos isso aconteceu.** O terceiro e último objetivo específico parece ser mais acessível, porque se torna explícito em alguns momentos da trajetória de Julio. Nesse sentido, por exemplo, ele mencionou que as reuniões das organizações de esquerda das quais participou ocorriam em sua casa ou na de outros companheiros. É provável que as dimensões pública e privada da vida se interpenetrassem e se confundissem nessas situações. Além disso, a vida privada do militante ficou grandemente exposta quando elementos do Exército detiveram-no em pleno expediente de trabalho e, posteriormente, foram até sua casa buscar roupas, pois seria “recambiado” para Santa Maria. Para o drama da família que não o via há dias, os militares não informaram onde Julio se encontrava. Talvez por sorte, talvez por não terem esse objetivo, ou talvez ainda por não terem invadido de forma violenta a residência, tais agentes da repressão não levaram

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

documentos do acervo do personagem que poderiam comprometê-lo, tendo em vista que, nos “anos de chumbo”, atividades cotidianas ou *hobbies* (como guardar jornais, quem sabe) poderiam ser consideradas como subversivas, sobretudo no caso de militantes de esquerda.

Ainda em relação a este ponto, algumas considerações feitas por Fabrício Renner de Moura em sua dissertação de mestrado sobre as lutas dos ferroviários de Cruz Alta entre 1958 e 1964 podem ser aplicadas ao caso aqui estudado:

“Tal cenário de tensões, seja pela greve e demais atitudes coletivas, seja pela ação de militância [individual], não estava distante das relações familiares, visto que envolvia todos os sujeitos consangüíneos ou não que estivessem residindo neste espaço. Mesmo a mulher operária (limitando-se aos afazeres domésticos, no cuidado da casa, do marido e dos filhos) convivía com a ação militante, com as perseguições da Administração da empresa, com a possibilidade de demissão e com a perseguição policial.” (MOURA, 2007, p. 21).

Por fim, ressalto que essa monografia indicou e examinou alguns elementos que ajudam a pensar a história do cotidiano dos trabalhadores ferroviários, mas não apenas deles, e nem somente a história do cotidiano. Citando uma última vez Agnes Heller:

“A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico (...). As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade.” (HELLER, 1992, p. 20)

Assim, espero que, acompanhando o cotidiano de Julio Enes, eu possa ter contribuído, modestamente, para entender algumas questões que estavam no centro do acontecer histórico no Brasil e no Mundo no período em que se desenrolou sua trajetória, como as transformações do capitalismo (do nacional-estatismo ao neoliberalismo), a adesão a diferentes correntes políticas (como o trabalhismo e o comunismo), as lutas dos trabalhadores, entre outras. Tais “grandes ações” partiram do cotidiano de homens como Julio e tiveram efeitos posteriores na sua cotidianidade.

## LISTA DE FONTES

### Depoimentos

Entrevista concedida ao Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, em junho de 2009.

Entrevista concedida ao autor. Canoas, em outubro de 2009.

### Documentos do arquivo pessoal

Correspondências entre Julio Enes de Araujo e Zaire Nunes.

Correspondências entre Julio Enes de Araujo e outros ferroviários e Oscar de Araujo Rieira.

Correspondências entre Julio Enes de Araujo e João Edson M. Paz.

Lei 2.405 de 24 de agosto de 1954.

Lei 2.217 de 5 de junho de 1954.

Livro de Atas da UFG – Núcleo de Porto do Conde, São Jerônimo.

Livro de Atas do subdiretório do PTB Porto do Conde, São Jerônimo.

Periódicos (e recortes de periódicos): A Hora, Correio do Povo, Diário de Notícias, Eco Ferroviário, Jornal do Vale dos Sinos, O Ferroviário, O Ferroviário em Marcha, Última Hora, REFESA (Revista de Rede Ferroviária), Zero Hora.

Projeto de lei 1216 de 3 de abril de 1968.

Proposição apresentada no 24º Encontro Nacional de Vereadores.

Quadro do Pessoal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Transcrição datilografada do Boletim do Pessoal nº 18, de 20.07.59. Relação do Pessoal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Requerimento Verbal ao Presidente da Câmara de Vereadores de Sapucaia.

Transcrição datilografada de texto de polígrafo escolar.

### Outras fontes

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVADO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**, 1957, v. 110. Porto Alegre/RS: Imprensa Oficial.

COLETÂNEA LEGISLATIVA. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1954, v 2.



**Sites consultados**

<http://www.anpuhsp.org.br>

<http://www.cpdoc.fgv.br>

<http://www.exercito.gov.br>

<http://www.jusbrasil.com.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.tse.gov.br>

<http://www.ufpel.tche.br/ich>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Vitor Amarin. **História e memória dos trotskistas brasileiros nas páginas do *Em Tempo***. ENCONTRO REGIONAL DE HISTORIA, XIX. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vitor%20Amorim%20de%20Angelo.pdf>> Acesso em: 23 outubro 2009

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>> Acesso em: 03 outubro 2009.

BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 91-99, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 316 p.

CENTRO de Preservação da História Ferroviária. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico – PRESERVE. Editora Gráfica Metrópole S.A.. Porto Alegre. s.d.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). ABREU, Alzira Alves [et al]. **Entre Vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 316.

FLÔRES, João Rodolpho do Amaral. **Fragmentos da História Ferroviária Brasileira**. Santa Maria: Pallotti, 2007. 320 p.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores da V.F.R.G.S.:** profissão, mutualismo, cooperativismo. Santa Maria: Pallotti, 2008. 456 p.

\_\_\_\_\_. **O Pragmatismo Político dos Ferroviários Sul-Rio-Grandenses:** com foco histórico na cidade de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 2009. 376 p.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.8, n.9, p. 319-342. 1997.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81.

HARRES, Marluza Marques. **Ferroviários: Disciplinarização e Trabalho VFRGS: 1920-1942**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Dissertação (Mestrado em História).

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 121 p.

HILLIG, Silvana Grunewaldt. **A reforma de 1942 na VFRGS e o estabelecimento de uma nova cultura de trabalho**. JORNADAS DO GT MUNDOS DO TRABALHO, IV. Pelotas, 2007. Disponível em:

<[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/IV%20Jornada%20GT%20Mundos%20do%20Trabalho/completos/Silvana\\_Grunewaldt.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/IV%20Jornada%20GT%20Mundos%20do%20Trabalho/completos/Silvana_Grunewaldt.pdf)> . Acesso em: 23 outubro 2009

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002. 284 p.

JUNIOR, Francisco Carvalho; GARCIA, Eliane Rosa (Org.). **Adorável camarada: memórias de Julieta Battistioli**. Porto Alegre: Câmara Municipal, 2008. 78 p.

LEVI, Giovani. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-182.

MOURA, Everton Renner. **Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958 – 1964)**. Porto Alegre: PUC, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Brasil: a cultura da resistência. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 27-34.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zila; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade-UFRGS/Editora da Univeridade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 1995, p. 30-39.

\_\_\_\_\_. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zila; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade-UFRGS/Editora da Univeridade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 1995, p. 49-66.

\_\_\_\_\_. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, Claudia [et al]. **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Ulbra/Ed. UNISINOS, 1994. 154 p.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 258 p.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> Acesso em: 23 outubro 2009.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>> Acesso em: 23 outubro 2009.

RODEGUERO, Carla Simone. Regime Militar e Oposição. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. 578 p.

SCHMIDT, Benito. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. 180 p.

\_\_\_\_\_. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 6, 1996, p. 165-191.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 233-245.